



Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida

IPA

INSTITUTO PORTUGUÊS
DE ARQUEOLOGIA

Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições

▣ JOAQUINA SOARES ▣

RESUMO Procede-se a uma breve análise diacrónica da actividade arqueológica na área urbana de Setúbal, referida aos movimentos conservacionistas e à evolução das cidades. Diferenciaram-se quatro fases de intervenção, em termos teóricos e metodológicos:

- As duas primeiras décadas do século XX;
- As grandes obras de saneamento urbano e a descoberta de um extenso subsolo arqueológico. Anos 50-60;
- A criação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) e a profissionalização da arqueologia urbana. O reconhecimento das cidades romana e sidérica. Segunda metade dos anos 70-anos 80;
- A década de 90 e a reflexão sobre uma nova arqueologia urbana, de projecto.

Num segundo capítulo, assinalam-se as grandes transformações urbanas de Setúbal, desde as suas origens, no século VIII a.C., até à consolidação do burgo medieval, na Baixa Idade Média.

ABSTRACT A brief historical analysis of archaeological activity in the urban area of Setúbal is presented, making reference to the conservationist movements and the growth of cities.

Four phases of activity are identified:

- The two first decades of the 20th century;
- The large-scale projects of urban renewal and the discovery of an extensive archaeological subsurface in the 1950s and 60s;
- The creation of the Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) and the increasing professionalism of urban archaeology. The identification of Roman and Iron Age cities in the late 1970s and early 80s;
- The decade of the 1990s, including a reflection on a new urban archaeology, which is project based.

In the second part of the paper, the major urban transformations of Setúbal are identified. These range from the origins of the city in the 8th century BC. until the consolidation of the medieval burg in the late Middle Ages.

Nos inícios da prática arqueológica em meio urbano (Fig. 1), as intervenções de observação e registo, aliás muito raras, ocorreram em resultado de vultuosas obras públicas, nas quais os vestígios do Passado ficavam manifestamente expostos. Estaria presente o ideário dramático de John Ruskin: “A conservação do Passado não é uma questão de conveniência ou de sentimento, pois pertence em parte a quem o construiu e a todas as gerações sucessivas. Os mortos têm ainda direito sobre ele [...] e nós não temos o direito de lhe causar danos que perdurarão por milhões de anos” (González de Valcárcel, 1977, p. 27).

E foi assim que, com a população de olhos postos na maior obra de Setúbal do princípio do século – a abertura do túnel do caminho de ferro Palhais-Fontainhas –, não passou despercebida a descoberta da necrópole romana da Ladeira de S. Sebastião. António Inácio Marques da Costa procedeu então ao salvamento de materiais e informação (Figs. 2-4), cujos resultados só viriam a ser publicados em 1966, por Carlos Tavares da Silva. Talvez devido ao facto de esse achado ter permanecido inédito até tão tarde, continuou a vigo-

ARQUEOLOGIA URBANA EM SETÚBAL

Fase pioneira

Observação de valas abertas por obras diversas; recolha de informação e de objectos

1900-1920

Os primeiros registos. António Inácio Marques da Costa identifica uma necrópole romana de inumação, datada do séc. II ao séc. IV. Ladeira de S. Sebastião.



Paradigma dominante sobre as origens de Setúbal: época medieval; séc. XIII.

1957

Grandes obras de saneamento urbano. José Marques da Costa reconhece vestígios romanos em toda a Baixa de Setúbal, entre Palhais/S. Domingos e o Largo Marquês do Pombal, em Troino (valas em uma extensão de 25 237 m).

1964-1974

Carlos Tavares da Silva observa e regista várias ocorrências de achados romanos (Largo da Misericórdia, Ruas de Antão Girão e de Arronches Junqueiro).

ARQUEOLOGIA URBANA DE SETÚBAL

Fases da investigação científica profissionalizada

Segunda metade dos anos 70/inícios dos 80

Criação do MAEDS. Nasce um programa de Arqueologia sobre as pré-existências de Setúbal, estruturado pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, com a colaboração da Câmara Municipal de Setúbal. Realizam-se as primeiras escavações arqueológicas em extensão, dirigidas por Carlos Tavares da Silva: Travessa de Frei Gaspar e Praça de Bocage. Os vestígios edificadas, da época romana são integrados no novo imóvel no primeiro caso, e conservados no subsolo, no segundo.



Paradigma dominante sobre as origens de Setúbal: cidade romana de vocação industrial.

Segunda metade dos anos 80

Intensificação da actividade arqueológica do MAEDS; apoio do IPPC. Perspectiva de aplicação ao planeamento e gestão urbanísticos. Presentes as teorias da Conservação do Património. Escavações em extensão na Travessa dos Apóstolos.

1985

Realiza-se em Setúbal, por iniciativa do MAEDS, o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana.



Paradigma dominante sobre as origens de Setúbal: entreposto comercial da I Idade do Ferro.

Anos 90

Redução das intervenções de renovação urbana/aumento das acções de reabilitação. Intervenções de Arqueologia urbana dirigidas pelas próprias interrogações da investigação. Autonomização daquele domínio científico. Novas exigências que reclamam profundas alterações das técnicas de enquadramento da arqueologia urbana. Escavações em extensão no edifício do Montepio e na Travessa de João Galo.

FIG.1 – Apresentação esquemática da história da investigação arqueológica na área urbana de Setúbal.

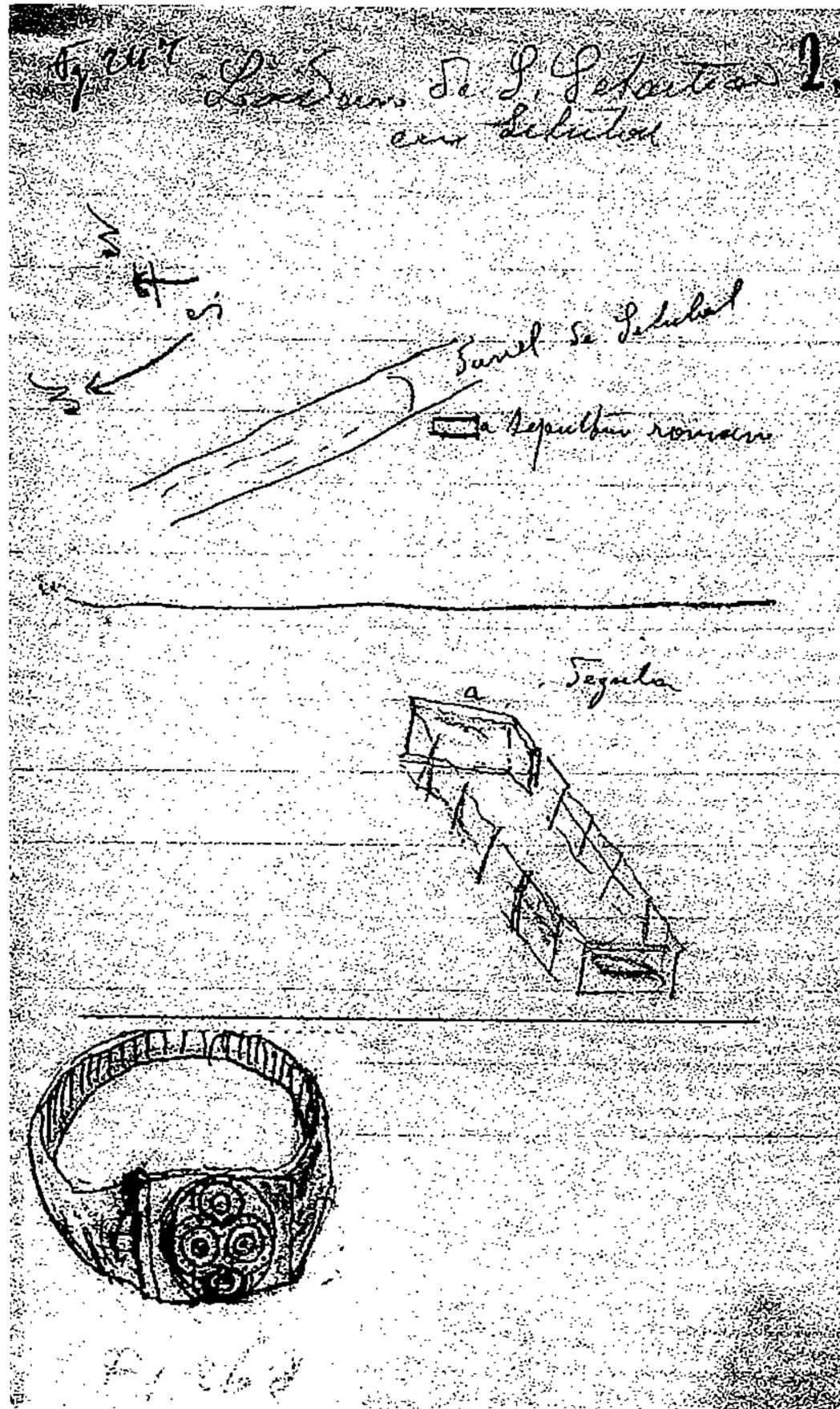


FIG. 2 – No ano de 1906, A. I. Marques da Costa procedeu a observações, registos e recolha de materiais na necrópole da Ladeira de S. Sebastião, localizada nas proximidades da abertura do túnel do caminho de ferro Palhais-Fontainhas. Inédito de António Marques da Costa com a localização de uma das sepulturas, de inumação (em cima); o seu desenho esquemático (centro); e anel recuperado na mesma necrópole (em baixo).

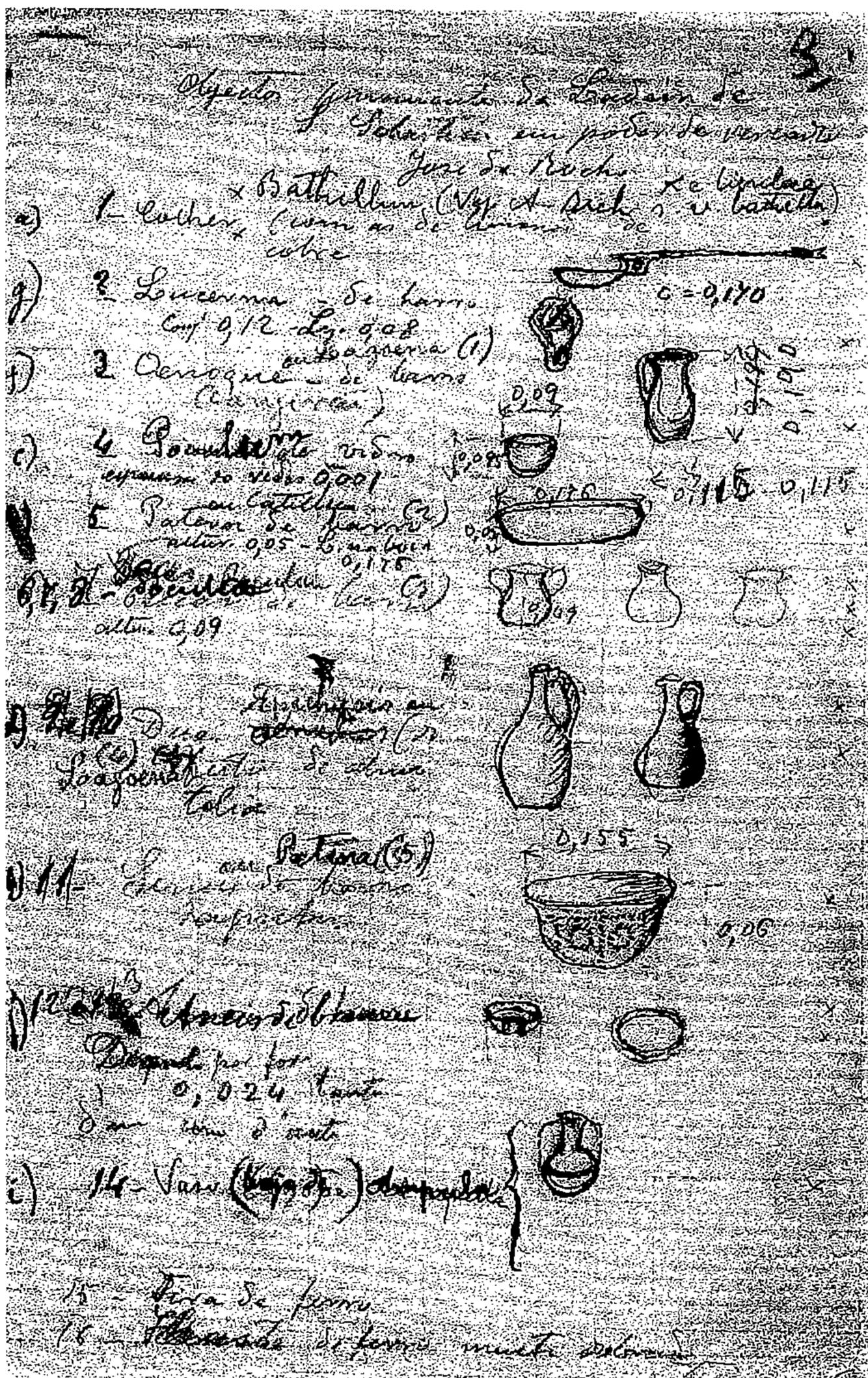


FIG. 3 - A descoberta da necrópole romana da Ladeira de S. Sebastião foi um acontecimento de relevo no meio setubalense. Ocasinou, muito provavelmente, a constituição de colecções sem expressão actual, como se poderá deduzir deste inédito de A. I. Marques da Costa que inventaria um conjunto de materiais então na posse do Vereador José da Rocha.

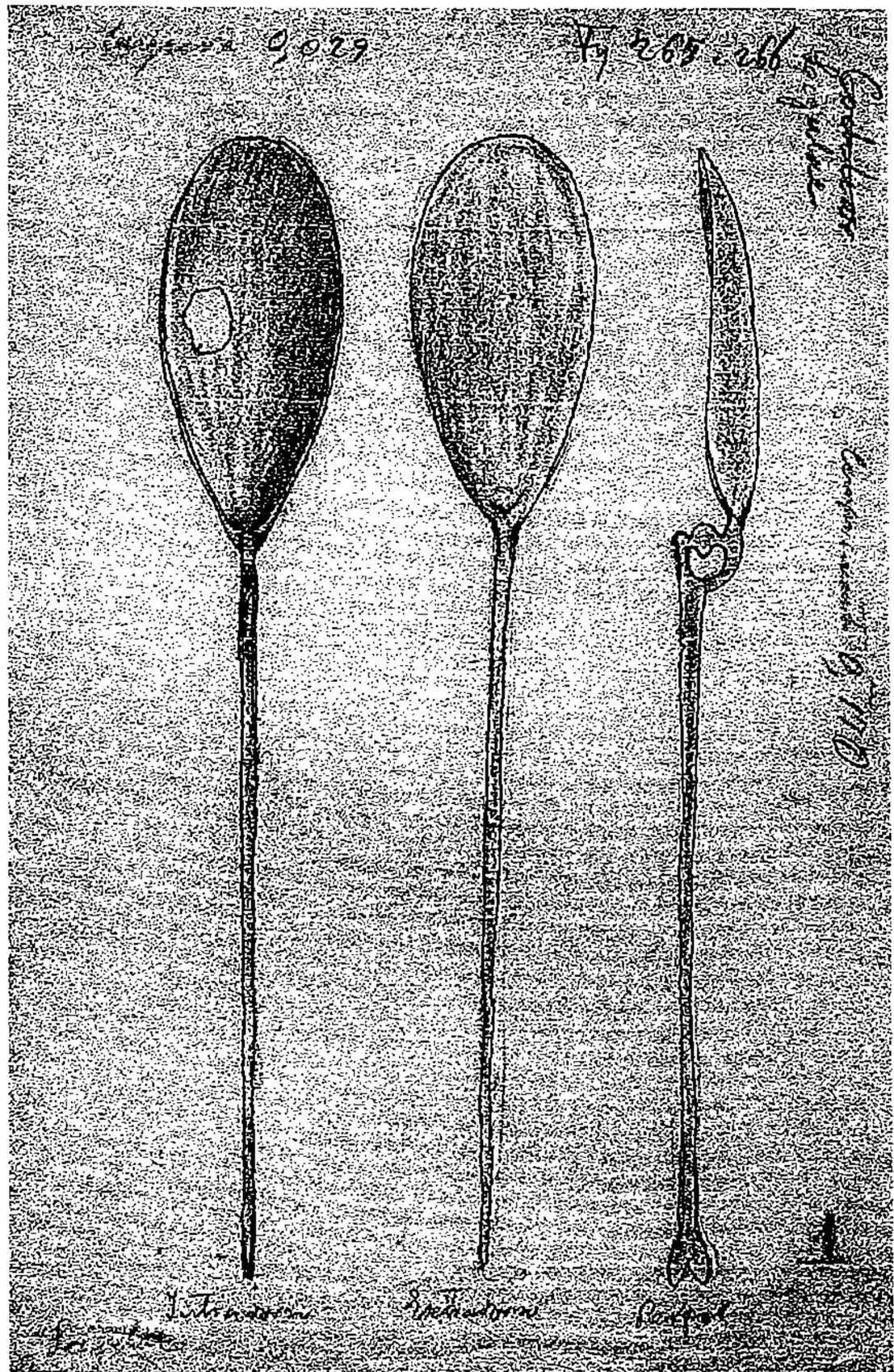


FIG. 4 – Inédito de António Inácio Marques da Costa. Colher de cobre proveniente da necrópole romana da Ladeira de S. Sebastião.

rar a ideia de uma origem medieval para a povoação de Setúbal. Em 1949, João Ameal proferiu no salão nobre da Câmara Municipal de Setúbal uma conferência intitulada “Setúbal: sete séculos de história”, na qual situava as origens da povoação no século XIII, valorizando a data de 1249, correspondente à concessão do primeiro foral, pelo Mestre da Ordem de Santiago.

Muito mais tarde, uma outra obra de vulto iria expor, mais uma vez, o Passado remoto de Setúbal. É de elementar justiça homenagear aqui o notável esforço de recolha de materiais e informação desenvolvido por José Marques da Costa, em toda a Baixa de Setúbal, sem quaisquer apoios institucionais. Corria o ano de 1957 e era finalmente instalada a rede de saneamento básico, em uma extensão de 25 237 metros, entre S. Sebastião e Troino (Fig.5). Vestígios inequívocos de uma ocupação romana, do século I ao século IV, vieram à luz do dia.

LOCALIZAÇÃO DOS ACHADOS ROMANOS NA CIDADE DE SETÚBAL

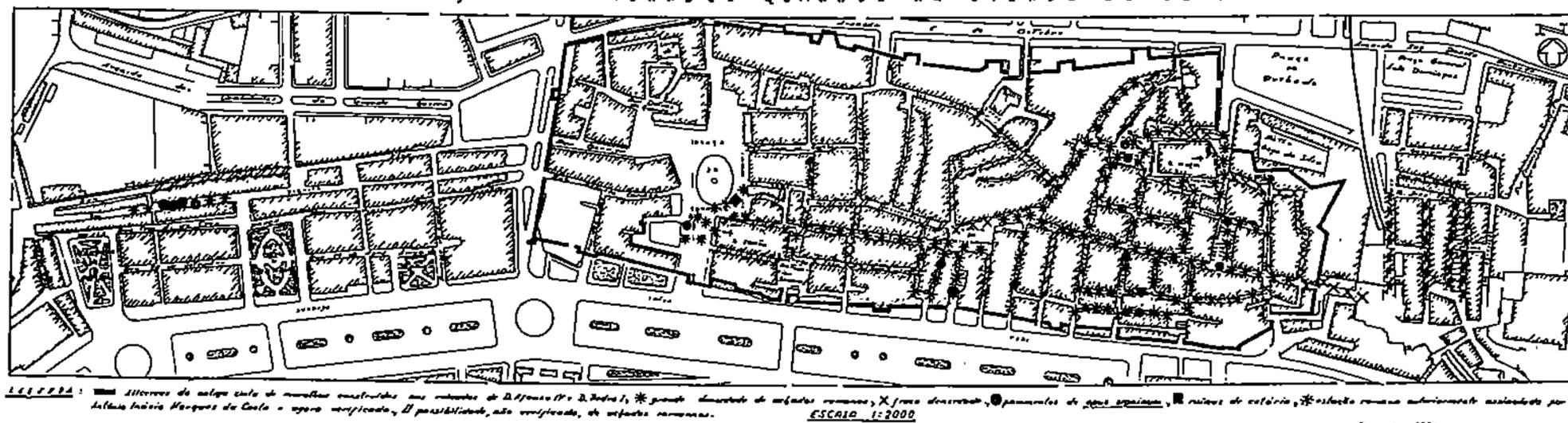


FIG.5 – Localização dos principais achados romanos na cidade de Setúbal aquando das obras de saneamento básico, em 1957. Seg. José Marques da Costa, 1960.

O aparecimento de duas ânforas, no dia 20 de Maio de 1957, na Rua Direita de Troino, com um total de 18 181 moedas, deu corpo ao mito da panela das libras e foi a imagem mais difundida do conjunto desses achados. Uma das ânforas, intacta, pertence à forma Beltrán 65 A (Coelho-Soares e Tavares da Silva, 1978) e continha 7090 moedas; a outra, infelizmente destruída no momento do achado, possuía 11 091 numismas. Conservaram-se, até aos nossos dias, 17 851, objecto de estudo pelo Coronel J. A. de Carvalho Fernandes (Fernandes, 1995). O tesouro é constituído por numismas de bronze cunhados entre 253 e 363 d.C., à excepção de uma moeda republicana, provavelmente oriunda de outro contexto, cunhada entre 187 e 155 a.C.

A população de Setúbal adquire, assim, consciência da existência de uma cidade antiga, a cerca de um metro de profundidade da actual, e sem qualquer expressão subaérea. A comunidade científica e o paradigma vigente não estavam preparados para esta revelação arqueológica. O trabalho de José Marques da Costa (1960) foi minimizado; os seus achados chegaram mesmo a ser interpretados como o resultado da deposição recente de entulhos, destinados à colmatação das zonas húmidas da Baixa de Setúbal (Ferreira, 1959). A cidade romana, herdeira da Caetobriga da Idade do Ferro, encontrar-se-ia localizada em Tróia, como era suposto desde o Renascimento. Porquê mudar as coisas?

As evidências de 1957 foram sendo paulatinamente esquecidas; na segunda metade dos anos 60, o espaço urbano de Setúbal viria a ser objecto do interesse de Carlos Tavares da Silva, arqueólogo delegado da Junta Nacional de Educação que, nessa qualidade, mas a título gracioso, e sem quaisquer apoios logísticos, acompanhava as obras no centro da cidade. Do desempenho dessas funções, destacamos a descoberta de vestígios romanos edificados na Rua Tomás de Aquino/Rua Arronches Junqueiro e na Rua de Antão Girão (Ferreira e Tavares da Silva, 1968-1970). Sublinhamos, igualmente, a luta que travou com sucesso contra a elite local (aliada ao sector imobiliário) na defesa do aqueduto que abastecia Setúbal desde o reinado de D. João II.

Setúbal, dotada de elevada sismicidade, foi sujeita a três intensos abalos sísmicos, em 1531, 1755 e 1858, responsáveis pela destruição de extensas áreas urbanas. A renovação que se seguiu alterou a tipologia dos imóveis, mas parece ter mantido a estrutura básica da rede viária pré-existente. Só nos finais dos anos 60/primeira metade da década de 70, o conflito entre a cidade emergente e a existente atinge a situação de ruptura, saldando-se por intervenções de renovação desastrosas para a segunda e não melhor sucedidas para a primeira: a demolição/reconstrução de imóveis é agora acompanhada de profundas alterações no

cadastro e na malha urbana. Os princípios da Carta de Veneza não tinham ainda sido localmente assimilados. Os conceitos de conjunto arquitectónico com interesse patrimonial e de ambiente integrador do mesmo estavam longe de ser adoptados. Apenas os monumentos classificados eram, teoricamente, dignos de defesa. Os planos urbanísticos de Setúbal de 1944, 1955 e 1971 tinham em comum preocupações relativamente ao arranjo urbanístico do “centro cívico e comercial”; o plano de 1944, em obediência a preocupações higiénico-sanitárias, defendia, mesmo, importantes remodelações que, a serem concretizadas, teriam adulterado substancialmente o centro histórico. O plano de 1971, surgido em contexto de crescimento económico (acumulação capitalista associada à industrialização de Setúbal da década de 60 – indústrias de montagem de automóveis e de celulose), ia mais longe nas suas propostas, preconizando a ocupação do centro histórico por prédios de grande volumetria, até 8 pisos, vocacionados para escritórios, comércio e habitação. O movimento de renovação urbana que então se desenhava, com algum desfazamento em relação aos países ocidentais mais desenvolvidos, viria a ser bloqueado pela crise económica de meados dos anos 70 e pelas alterações de regime político ditadas pela revolução de 25 de Abril de 1974. Quando na Europa mais desenvolvida era dedicada uma atenção crescente aos patrimónios edificado e arqueológico, defendia-se aqui, como se referiu, uma filosofia de intervenção urbanística destrutiva para as pré-existências. Com efeito, as necessidades da acumulação capitalista nas periferias do sistema ditavam o atraso na adopção dos modelos das configurações urbanas em voga no pós-guerra (décadas de 40 a 60): o aumento da procura por mais espaço para escritórios e comércio (intensificação do uso do solo urbano) nas áreas centrais das cidades, as mais favoráveis à comunicação e negócio, entrou em competição com a função residencial, menos lucrativa. Surgiram, assim, em resultado de extensas operações de demolição, os CBD (*Central Business Districts*) dominados pela concentração de actividades terciárias e pela arquitectura estandardizada dos arranha-céus, cuja melhor expressão foi realizada nas cidades americanas. Em Setúbal, a concretização de tais conceitos, a uma escala modesta, provocou os seus estragos precisamente em dois dos principais largos das urbes medieval e barroca:

O Largo da Misericórdia, de traçado medieval, foi amplamente aberto a sul, proporcionando uma franca ligação à Avenida Luisa Todi. Esta obra destruiu a rede viária, a muralha medieval e o casario que a ela se adossava. A construção do edifício da Caixa Geral de Depósitos, adjacente à nova via, eliminou, igualmente, importantes vestígios da ocupação romana, de acordo com relatos orais; as adaptações realizadas nas redes de esgotos, água e electricidade comprometeram, em grande parte, o subsolo arqueológico desta importante área. O surto de renovação propagou-se ao casario que limita o largo a norte, onde se cometeram graves danos, até hoje por minimizar. De todo o património arqueológico irremediavelmente destruído nas citadas intervenções de renovação urbana sobrou um camafeu com a deusa Fortuna, muito provavelmente do século I. No artigo onde é dada a conhecer essa jóia, surge, expressamente, um apelo para uma mudança de atitude face ao património arqueológico urbano (Ferreira e Tavares da Silva, 1968-1970, p. 72): “Todos estes achados indicam como se reveste de interesse acompanhar os futuros trabalhos de escavação (abertura de valas em ruas, caboucos, etc.) que venham a ser levados a efeito na parte baixa de Setúbal”.

O Largo Marquês de Pombal viria a ser largamente aberto a norte, surgindo um corredor rodoviário entre a Av. Luisa Todi e a Av. dos Combatentes, que rompeu a continuidade do arrabalde de Troino. Nenhuma informação de carácter arqueológico foi registada durante esta operação de renovação urbana.

A partir de meados dos anos 70 (nas sociedades mais industrializadas), o antigo tornou-se sinónimo de belo e confortável. A filosofia de renovação radical (*slum clearance*) foi substituída pelo paradigma da reabilitação urbana. Este defende a melhoria global do espaço urbano através da adaptação de edifícios e respectiva envolvente aos padrões de qualidade de vida actuais, sem descaracterizar a estrutura viária herdada e a tipologia dos conjuntos edificados. Por outro lado, a perspectiva de requalificação da estrutura física da cidade associa-se estreitamente ao conceito mais amplo de revitalização económico-social dos meios urbanos, sendo inseparáveis planeamentos físico e estratégico. Em contexto de crise económica, a reabilitação urbana foi favorecida. Com efeito, e em regra geral, melhorar o stock de edifícios antigos é menos dispendioso que fomentar extensas acções de demolição e reconstrução. A relação dos custos de restauro de edifícios e de nova construção situa-se, em média, em 9/12. Por toda a Europa cresce o interesse pelos imóveis e espaços com passado histórico; à arqueologia urbana é reconhecido um papel crucial no desvendar desses passados. Nas áreas centrais das cidades adquire visibilidade o núcleo que, menos actuado pelas intervenções renovadoras, concentra a maior densidade de património histórico-arqueológico. Nele é possível ler fragmentos das diversas cidades que se foram, paulatinamente, sedimentando. A sua função tradicional de segmento "refúgio" do mercado de habitação para grupos sociais insolventes entra em desactivação (*gentrification process*). A reestruturação económica que levou à substituição da sociedade industrial pela chamada pós-industrial reconhece o valor patrimonial enquanto "capital constante" por excelência dos núcleos históricos. O património histórico-arqueológico assume agora, claramente, duas dimensões conciliáveis: a de memória e a de projecto de mudança das condições económico-sociais.

A valorização do património urbano ocorre, pois, no quadro de um fim de ciclo do movimento de desurbanização que atingiu as economias ocidentais desenvolvidas nos anos 60. O capitalismo tardio induz um movimento de renascimento urbano, ao procurar economias de urbanização para as novas condições de acumulação capitalista. O declínio do emprego industrial é compensado pelo aumento de emprego no sector terciário. As mudanças na divisão internacional do trabalho beneficiam as cidades melhor colocadas na hierarquia nacional e internacional, as que possuem melhor qualidade de vida, melhor e mais variada oferta de habitação, saúde, educação, transportes, cultura, espaços verdes, equipamentos de lazer, as que se mostram mais atractivas no que respeita à inovação, à indústria *high-tech*, ao sector financeiro, às funções políticas. Centralidade significa, de facto, desenvolvimento do sector quaternário. Teoricamente, estão abolidos os conflitos entre património e desenvolvimento económico, entre cidades existente e emergente. O património, em geral, e o arqueológico, em particular, encontram-se na rota da acumulação capitalista.

Nas cidades portuguesas, assiste-se, a partir de 1974, à afirmação da arqueologia urbana, em moldes a que não foram alheias as experiências inglesas (anos 60-70).

Em Setúbal é criado o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) e refundada a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia que irão deter um papel determinante na delimitação e reconhecimento público do subsolo arqueológico da cidade e do centro histórico, na sua defesa e no controlo das intervenções aí realizadas, quer no respeitante à arqueologia, quer no que concerne aos valores arquitectónicos e urbanísticos. Constituiu-se, então, uma equipa no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal que, de forma permanente e em colaboração com a Câmara Municipal, passou a intervir no subsolo do centro histórico sempre que obras de demolição/reedificação implicaram a afectação do mesmo (Fig. 6).

A perspectiva que orientou o início do exercício profissionalizado da arqueologia urbana em Setúbal originou-se, em grande parte, nos princípios conservacionistas e decorreu dos

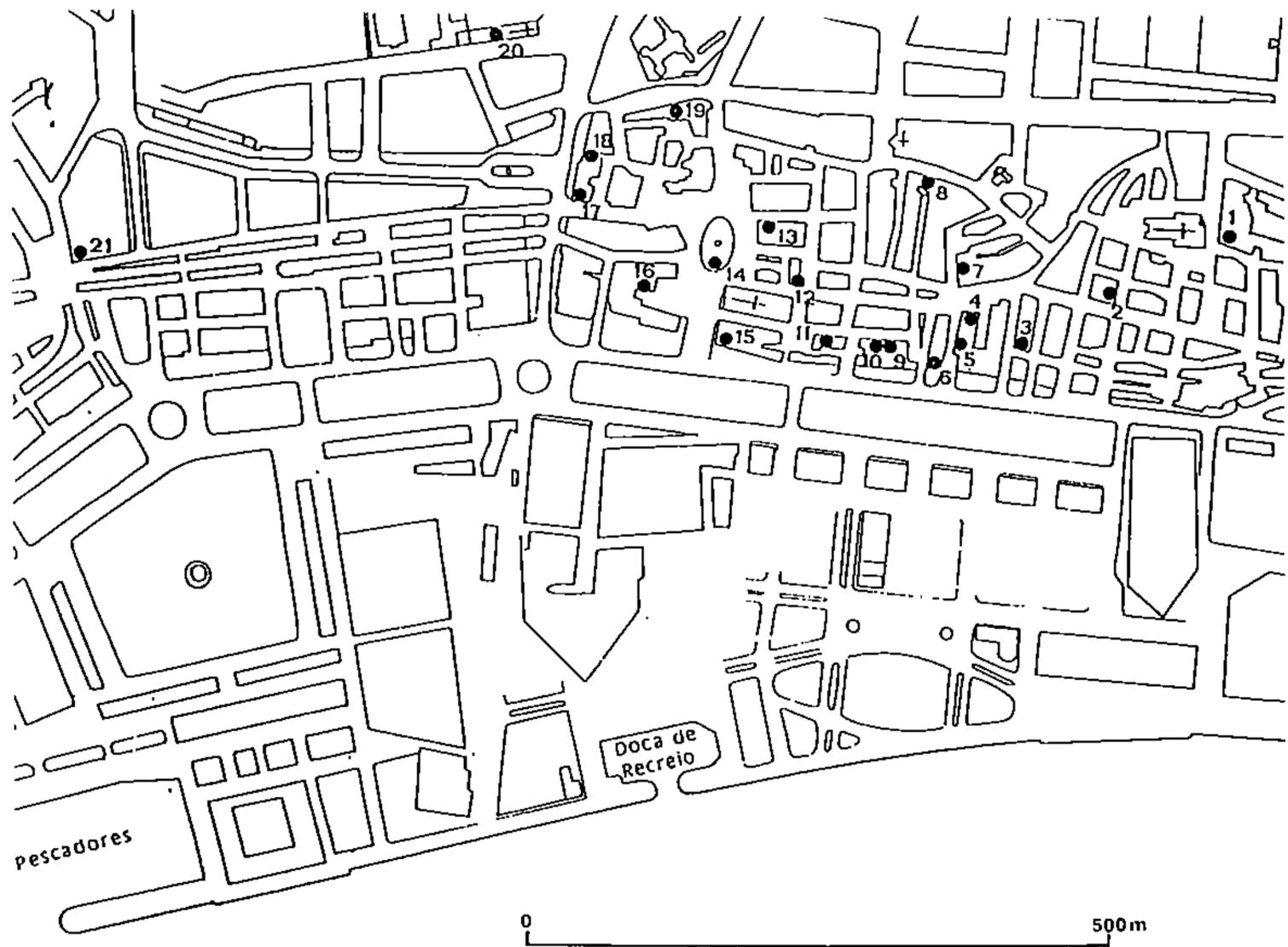


FIG.6 – Principais intervenções arqueológicas desenvolvidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, na área urbana de Setúbal: 1- Travessa dos Apóstolos; 2- Rua António Joaquim Granjo; 3- Travessa de João Galo; 4- Largo da Misericórdia; 5- Travessa de Frei Gaspar; 6- Av. Luisa Todt (edifício BCP); 7- Travessa da Portuguesa; 8- Rua Major Afonso Pala; 9 a 11- Rua António Januário da Silva; 12- Rua Serpa Pinto; 13- Rua Luís de Camões; 14- Praça de Bocage; 15- Praça de Bocage/Av. Luisa Todt (edifício Montepio); 16- Praça de Bocage; 17- Av. 22 de Dezembro; 18- Beco de Dona Maria; 19- Largo do Sapalinho; 20- Praça Miguel Bombarda; 21- Praça Machado dos Santos.

problemas colocados pelo planeamento e gestão urbanísticos. O centro histórico era entendido como espaço simbólico por excelência, integrador dos distintos grupos sociais, matriz arqueologicamente materializada e simbolicamente testemunhada de um Passado comum, de uma identidade histórico-cultural inconfundível. Em Portugal, na generalidade dos casos, a arqueologia urbana desenvolve-se como uma das vertentes das operações de reabilitação dos centros históricos, que atingiram um ponto alto na década de oitenta, e na clara dependência do processo de legitimação do poder local, institucionalizado somente a partir de meados dos anos 70.

Na experiência de arqueologia urbana em Setúbal, duas intervenções foram decisivas para o debate sobre o futuro dos vestígios arqueológicos na cidade emergente e para a apropriação pela comunidade setubalense da herança cultural impressa no subsolo da sua cidade. Referimo-nos às escavações arqueológicas realizadas, respectivamente, na Travessa de Frei Gaspar, em 1979, e na Praça de Bocage, em 1980. A arqueologia desceu à rua, inspirou conversas de café, espectáculos de teatro, artigos de jornais. De alguma forma, a arqueologia urbana, nomeadamente através da recuperação da memória da Setúbal romana, criou um espaço de antítese do conflito social, ou seja, um forum de cidadania. Progressivamente, a arqueologia urbana foi-se autonomizando e afirmando como a arqueologia da cidade. Em 1985, o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal organizou o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana que constituiu um momento relevante do

debate sobre as experiências em curso em várias cidades portuguesas e espanholas e reflectiu sobre os constrangimentos financeiros, administrativos e técnico-jurídicos da prática arqueológica em meio urbano.

Na década actual, o centro histórico de Setúbal, praticamente transformado em centro comercial, voltou a entrar em declínio físico e económico. A função residencial confinou-se a imóveis degradados, localizados em pequenas artérias e becos mal iluminados, frequentemente esquecidos pelos serviços de higiene e limpeza municipal. É um espaço que se desertifica com o encerramento dos estabelecimentos comerciais, repulsivo e inseguro durante a noite e fins-de-semana. O capital procura outras áreas de valorização, mais próximas da residência da população de maiores rendimentos. As intervenções de renovação no centro histórico reduziram-se, aumentando, pelo contrário, as de reabilitação que, teoricamente, não afectam o subsolo. O número de escavações arqueológicas diminuiu, por conseguinte. Informação relevante de carácter arqueológico desaparece nas referidas operações de reabilitação. Vestígios arquitectónicos subaéreos, geralmente de idade pós-romana, não chegam a ser minimamente documentados; as camadas superiores do subsolo urbano, de idêntica cronologia, desaparecem ou são completamente perturbadas pela habitual substituição de pavimentos e de canalizações. Tais situações apelam para uma rápida revisão e pormenorizada definição do objecto da arqueologia urbana. Esta, apoiada agora por uma comunidade científica mais extensa e influente em termos socio-políticos, possui maior capacidade para reforçar o seu próprio enquadramento teórico em obediência às exigências da investigação e para rever o seu contrato social. A cidade, enquanto objecto arqueológico, é entendida como um todo orgânico e dinâmico no qual diversas aglomerações se foram sedimentando, no solo e na memória das populações, sujeitas à acção dos mecanismos antagónicos de destruição e de integração; todas as formas de informação são imprescindíveis, cabendo à arqueologia a produção da síntese e dos discursos através dos quais o Passado urbano pode ser socialmente apropriado. Nesta perspectiva, o rejogo da herança cultural em cada nova configuração urbana constitui um dos temas mais aliciantes da investigação a par da discussão em torno da problemática da especificidade do domínio no que concerne às relações entre cultura material, comportamento humano e inovação em meio urbano².

A arqueologia urbana reclama agora o fim da dependência face a intervenções pontuais de emergência, na esteira de obras de renovação ou de reabilitação; o modelo teórico que a orienta requer intervenções direccionadas por interrogações decorrentes da própria investigação. No caso de Setúbal, por exemplo, é prioritária a abertura de uma frente de escavações arqueológicas na colina de Nossa Senhora da Saúde onde, segundo a nossa proposta sobre a evolução urbana se poderá localizar a Caetobriga pré-romana, que alimentou o debate académico sobre as origens de Setúbal (Ferreira, 1959).

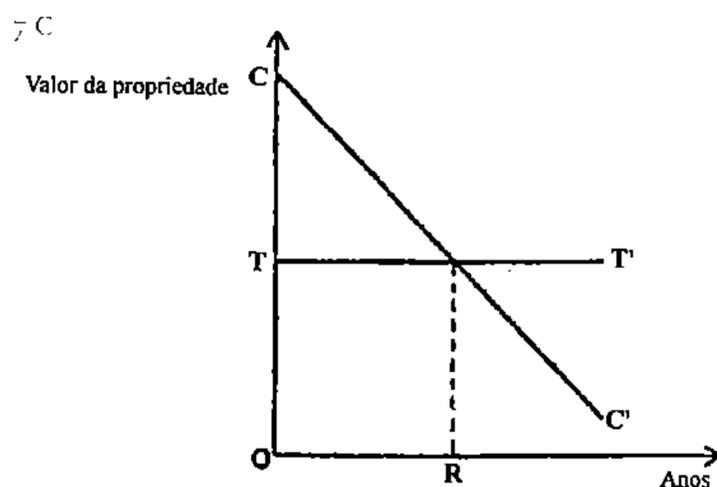
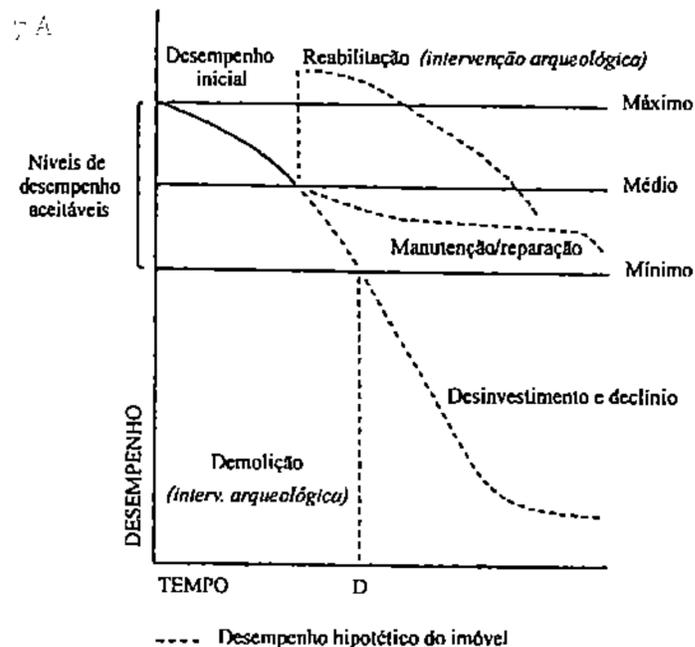
Em jeito de conclusão, é possível afirmar que a prática regular e mais ou menos profissionalizada da arqueologia urbana é adoptada em Portugal a partir da revolução do 25 de Abril, estreitamente associada ao processo de legitimação do poder local e frequentemente integrada em programas de reabilitação de centros históricos ou de conjuntos de interesse histórico-cultural, comandados pelas teorias conservacionistas (Carta de Veneza, 1964). No decurso dos anos 80, a arqueologia reforça a sua ligação ao planeamento e gestão urbanísticos. A consolidação do conceito de centro histórico³ vai influenciar a prática arqueológica urbana e a definição das noções de subsolo arqueológico e reserva arqueológica. Os casos de exercício de arqueologia urbana melhor sucedidos decorrem da existência de equipas científico-técnicas instaladas em permanência no terreno, com capacidade para integrar toda a informação disponível sobre o processo de transformação urbana, de acompa-

nhar o quotidiano dos centros históricos, de negociar as intervenções e de elaborar modelos teóricos de investigação, nos quais as sondagens e escavações de emergência, avulsas e alheias aos interesses específicos da pesquisa, adquirem coerência e significado.

Na actual década, a arqueologia urbana consolida as suas rotinas e saberes, autonomiza-se face às restantes vertentes da reabilitação urbana e tende a libertar-se, igualmente, dos constrangimentos impostos pelas intervenções de emergência, buscando no registo empírico respostas para as suas próprias interrogações. Está, porém, longe de funcionar em circuito fechado e a sua prática é, obviamente, condicionada por diversos factores dos quais destacamos, pela sua transversalidade, o modo de inserção dos centros históricos no processo de capitalização e formação da renda urbana, a influência socio-política da comunidade científica dos arqueólogos e a própria evolução interna da disciplina. Assim, se há vinte anos atrás colámos à noção de centro histórico a de subsolo ou reserva arqueológica urbana, hoje constatamos que essa colagem deixou de ser totalmente benéfica, requerendo o conceito de subsolo arqueológico urbano rápida revisão, uma vez que a equiparação entre as duas figuras deixa de fora importantes áreas com eventual interesse arqueológico que passam à margem da simples prospecção. O crescimento da cidade foi englobando, progressivamente, arrabaldes, áreas periurbanas e rurais que só tardiamente foram chamadas a intensificar o seu uso, não constando da reserva arqueológica urbana que coincide, como atrás se afirmou, com o centro histórico. Este facto só por si não deveria obstar à inclusão do concurso da arqueologia nos programas e projectos de urbanização ou de outras obras volumosas localizadas no exterior dos centros históricos; infelizmente, tal não sucede⁴.

Importa igualmente ter presente que a arqueologia urbana não se libertou de conflitos de cariz local, os quais resultam muitas vezes de deficiente comunicação entre os intervenientes e poderão ser minimizados através de mecanismos que as equipas deverão implementar e credibilizar; um deles pode decorrer da integração da componente arqueologia na teoria do ciclo de vida dos imóveis de áreas históricas (Fig. 7)⁵. É do maior interesse, para a programação da actividade arqueológica de médio prazo, manter actualizada uma base de dados com o registo da saúde física e económica dos edifícios ou conjuntos edificados nas áreas com subsolo arqueológico, cuja unidade de análise poderá ser, por hipótese, o quarteirão.

A obsolescência estrutural ou física dos imóveis (Fig. 7A) é de fácil diagnóstico e, em geral, resulta de um processo de desinvestimento continuado, situação comum no mercado de habitação de arrendamento; a estrutura física degradar-se-á até ao seu abandono, colapso e demolição. No caso de obsolescência funcional (Fig. 7B), o desempenho do edifício decresce de forma descontínua, evolução por saltos, de acordo com a ocorrência de inovações tecnológicas, mudanças nos estilos de vida, etc. Trata-se de um tipo de obsolescência de mais difícil percepção, dependente da evolução das condições económico-sociais gerais e locais. Em qualquer uma das situações de ineficiente desempenho do imóvel, importa ter presente que, quer se opte por uma operação de demolição/reedificação, quer a decisão recaia sobre uma acção de reabilitação, é imprescindível a intervenção do arqueólogo. Na Fig. 7C, confrontam-se, de forma muito esquemática, os valores económicos da construção e do solo de implantação da mesma, para um determinado período, em que supostamente as taxas de inflação se mantêm estáveis. O segmento TT' representa o valor do lote urbano livre de construções; o segmento CC' representa o valor global do prédio urbano (terreno+edifício). A intersecção dos segmentos corresponde ao limiar da vida económica do edifício. Atingido esse ponto e em uma perspectiva de racionalidade económica, será desencadeada uma intervenção do tipo demolição/reedificação ou reabilitação. Em qualquer das opções, a intervenção arqueológica será indispensável e ela poderá mesmo potenciar a



TT' representa o valor do terreno sem construções; CC', o valor do espaço edificado (terreno + edifício); correspondendo R ao momento em que o valor do espaço edificado se torna inferior ao do solo livre de construções, ele assinala a fase em que se justifica, em termos de racionalidade económica, uma operação de renovação, ou seja a demolição das construções existentes e a reedificação do espaço ou a reabilitação do imóvel. R representa, igualmente, o momento da intervenção arqueológica, intercalada, no primeiro caso, entre a demolição e a reedificação do lote urbano.

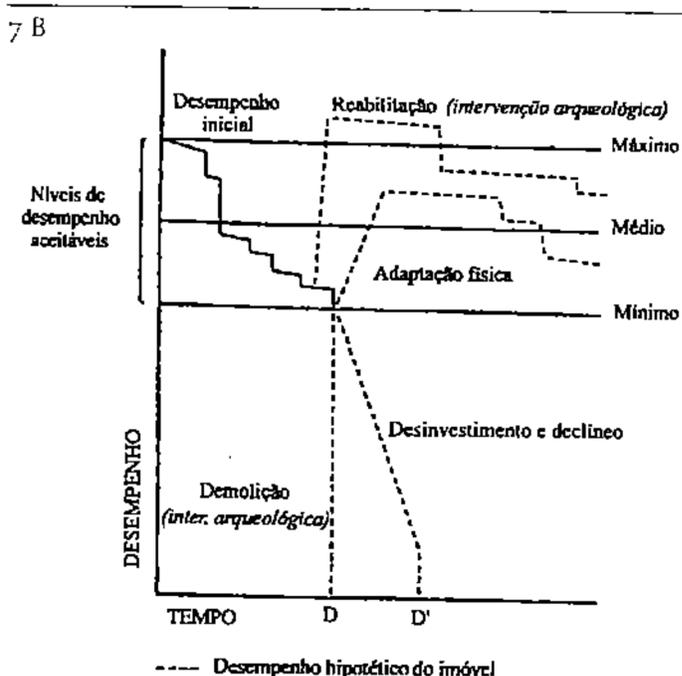


FIG. 7 A – Processo de obsolescência estrutural de imóvel. Adaptado de Larkham, 1992.

FIG. 7 B – Processo de obsolescência funcional de imóvel. Adaptado de Larkham, 1992.

FIG. 7 C – Vida económica de imóvel. Segundo Goodall, 1972, in Couch, 1990.

opção reabilitação se a carga histórico-simbólica for importante para o novo programa funcional do imóvel, no qual poderão, inclusivamente, ser integrados vestígios arqueológicos. Pelo contrário, se o que está em jogo é o aumento da procura de solo urbano e, eventualmente, o acréscimo de superfície coberta, a demolição poderá ser escolhida e a intervenção arqueológica entendida como um constrangimento para o empresário. Nesta hipótese, será exigido um maior esforço de negociação ao director da equipa de arqueologia; a escavação e registo minucioso dos vestígios poderão ser a única intervenção possível.

A actividade das equipas de arqueologia urbana será facilitada a partir do momento em que, sistematicamente, se incluírem os custos dos trabalhos de arqueologia na estimativa do valor do lote urbano, facto que contribuirá, igualmente, para um melhor planeamento das operações de intervenção na estrutura física de áreas urbanas dotadas de subsolo arqueológico.

As grandes transformações urbanas de Setúbal. Da fundação à Idade Média

O entreposto comercial da Idade do Ferro

De acordo com o estado actual dos conhecimentos, Setúbal nasce como entreposto comercial marítimo, no século VIII a.C. (Soares e Tavares da Silva, 1986), aberto aos contactos com o mundo fenício. Ocupou uma pequena elevação constituída por areias e arenitos mal consolidados do Pliocénico, com a cota máxima de 19m, inserida em paisagem estuarino-lagunar, muito diferente da actual (Fig. 8). O povoado, fundado embora por populações indígenas do final da Idade do Bronze, mostra, desde o início, uma vocação claramente comercial, associada à rota atlântica dos Fenícios do Ocidente. Ocupava uma posição estratégica, dominando a baía de Setúbal e a desembocadura do Sado, importante via fluvial de penetração no sul do país. É possível que o sal e o cobre, tão abundantes na bacia do Sado, tenham sido os produtos mais procurados pelos mercadores que fundaram uma feitoria no sítio de Abul, equidistante de Setúbal e Alcácer do Sal, no século VII a.C. (Mayet e Tavares da Silva, 1997). A rápida assimilação das inovações económicas, tecnológicas e culturais orientalizantes, de que o grande povoado sidérico de Alcácer do Sal é talvez o melhor exemplo regional, pode ser lida com uma maior desagregação no povoado de Santa Maria em Setúbal (Travessa dos Apóstolos), considerando como indicadores de mudança os fabricos cerâmicos (Quadro I e Fig. 9).

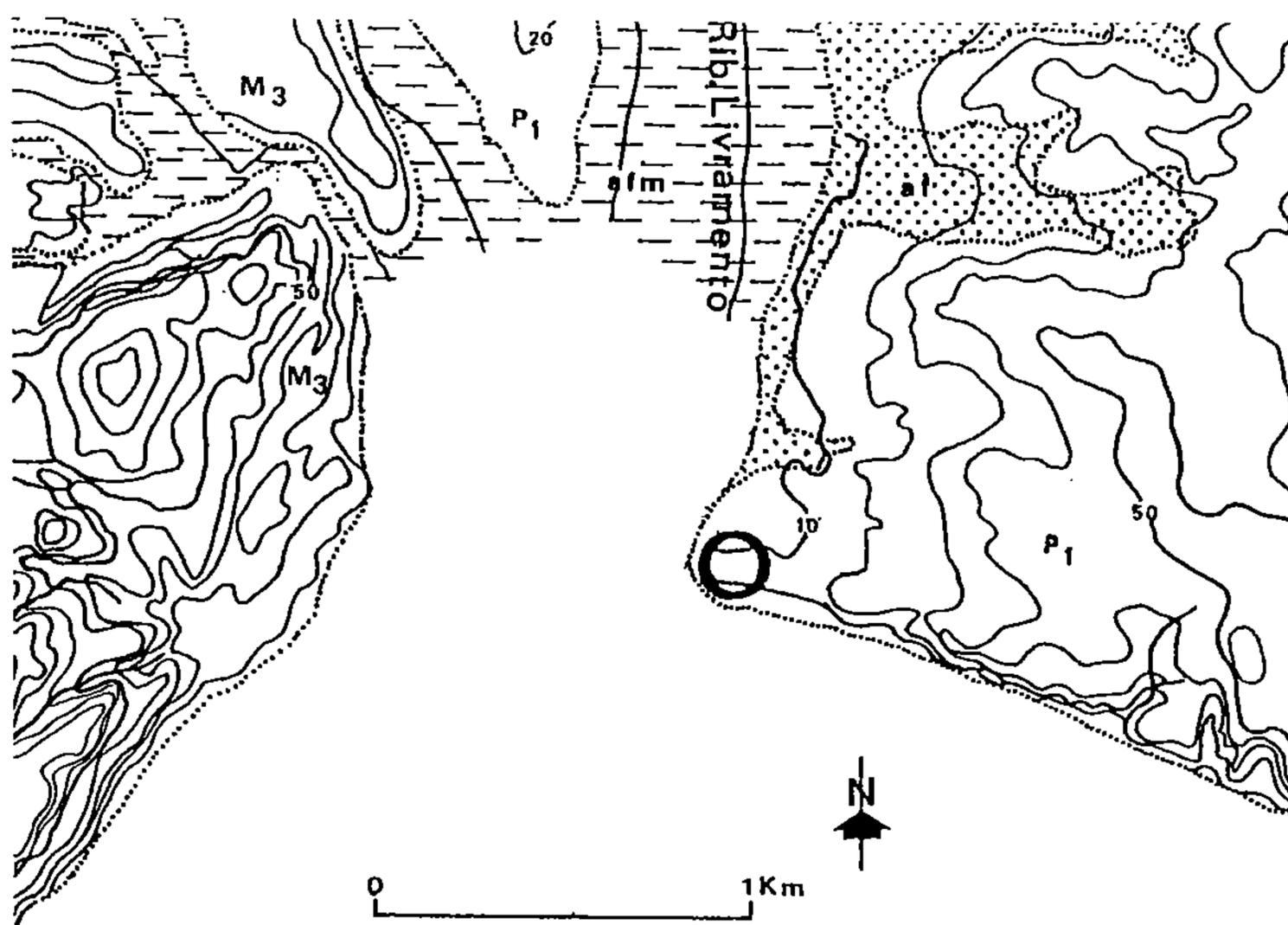
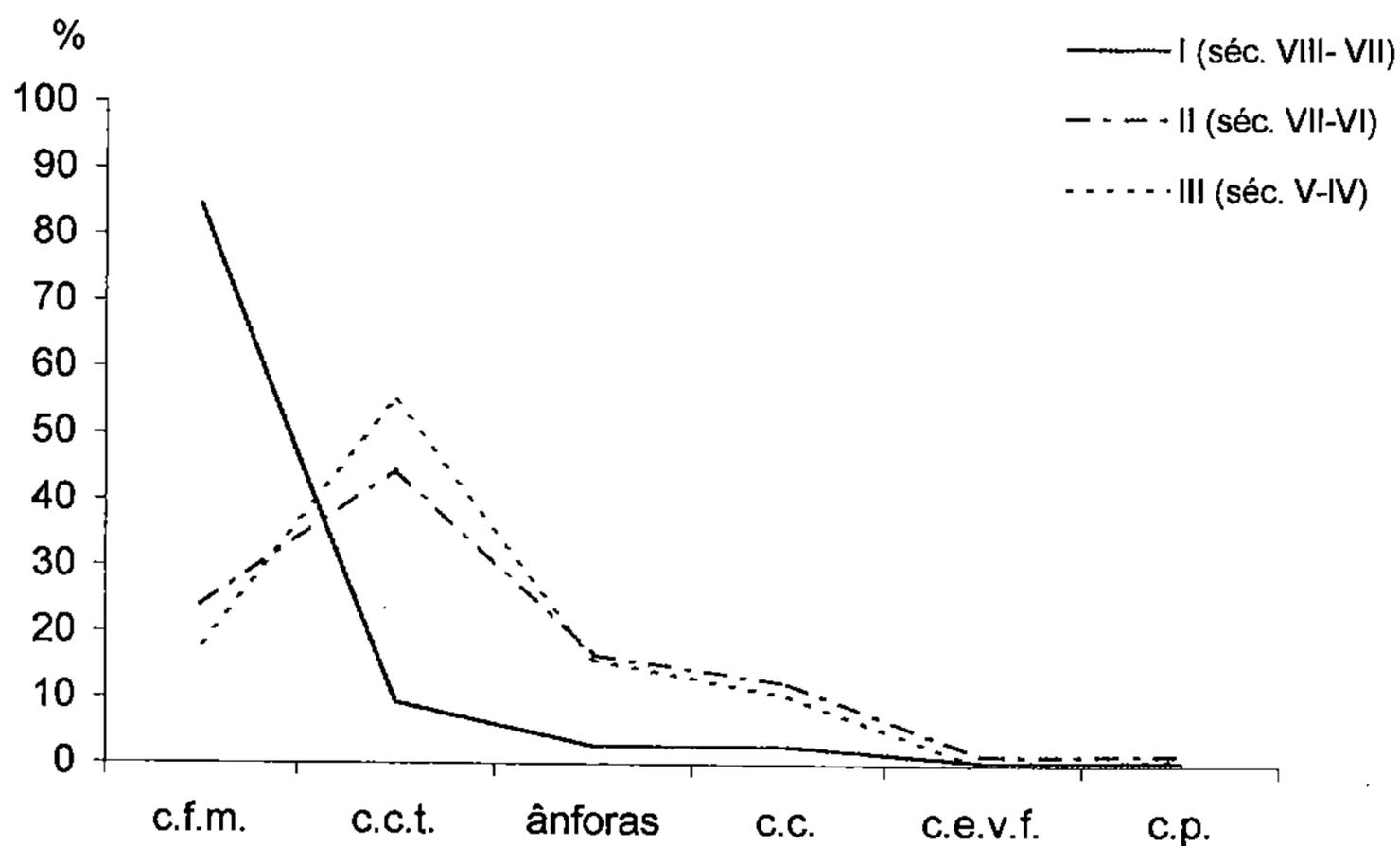


FIG. 8 – Reconstituição da baía de Setúbal nos séculos VIII e VII a. C., com a localização do povoado da Idade do Ferro da colina de Santa Maria. Base cartográfica na escala 1:25000, Seg. Coelho, A. M. L. Gomes, 1980.

M3- complexo greso-calcário miocénico; P1- complexo arenoso pliocénico; af- aluviões fluviais arenosas; afm- aluviões fluvio-marinhas (argilas, lodos, areias).



c.f.m. - cerâmica de fabrico manual; c.c.t. - cerâmica comum montada ao torno; c.c. - cerâmica cinzenta; c.e.v.f. - cerâmica de engobe vermelho, fénícia; c.p. - cerâmica pintada.

FIG. 9 - Povoado de Sta. Maria (Tv. dos Apóstolos). Distribuição dos principais fabricos cerâmicos pelas fases da ocupação sidérica.

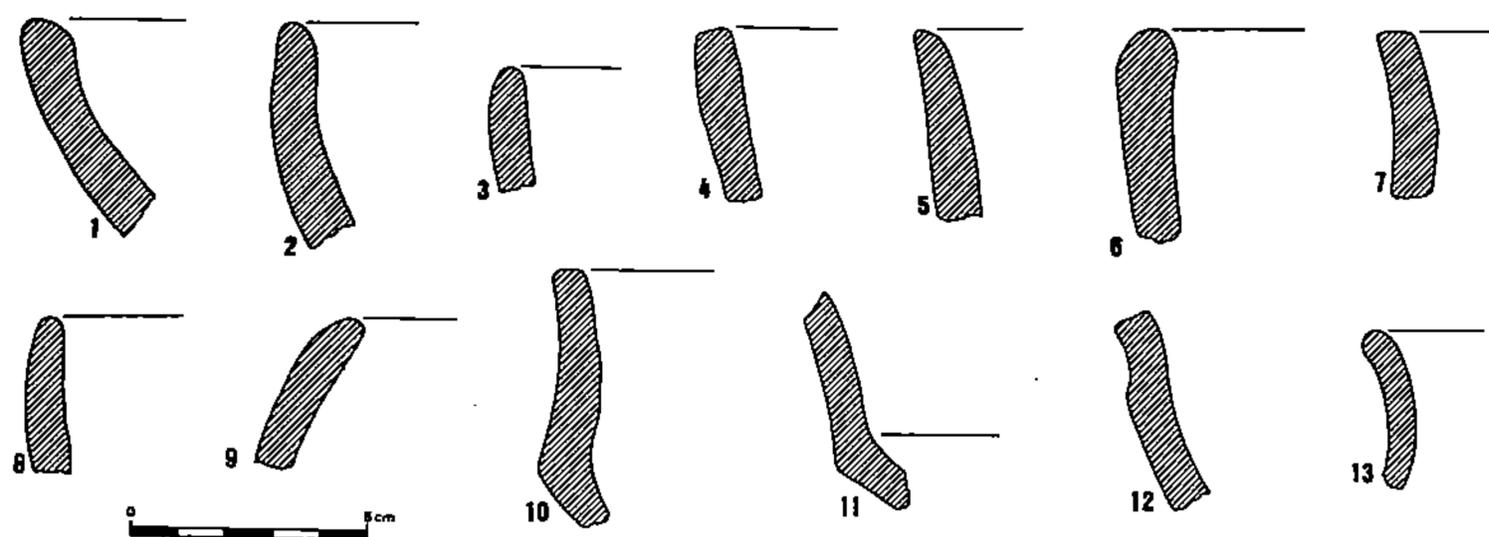


FIG. 10 - Povoado de Sta. Maria (Tv. dos Apóstolos). Ocupação dos finais da Idade de Bronze, inícios da Idade do Ferro. Fase I (séculos VIII-VII a. C.): n.ºs. 1-12 - cerâmica de fabrico manual; n.º 13 - cerâmica comum fabricada ao torno. Seg. Soares e Tavares da Silva, 1986.

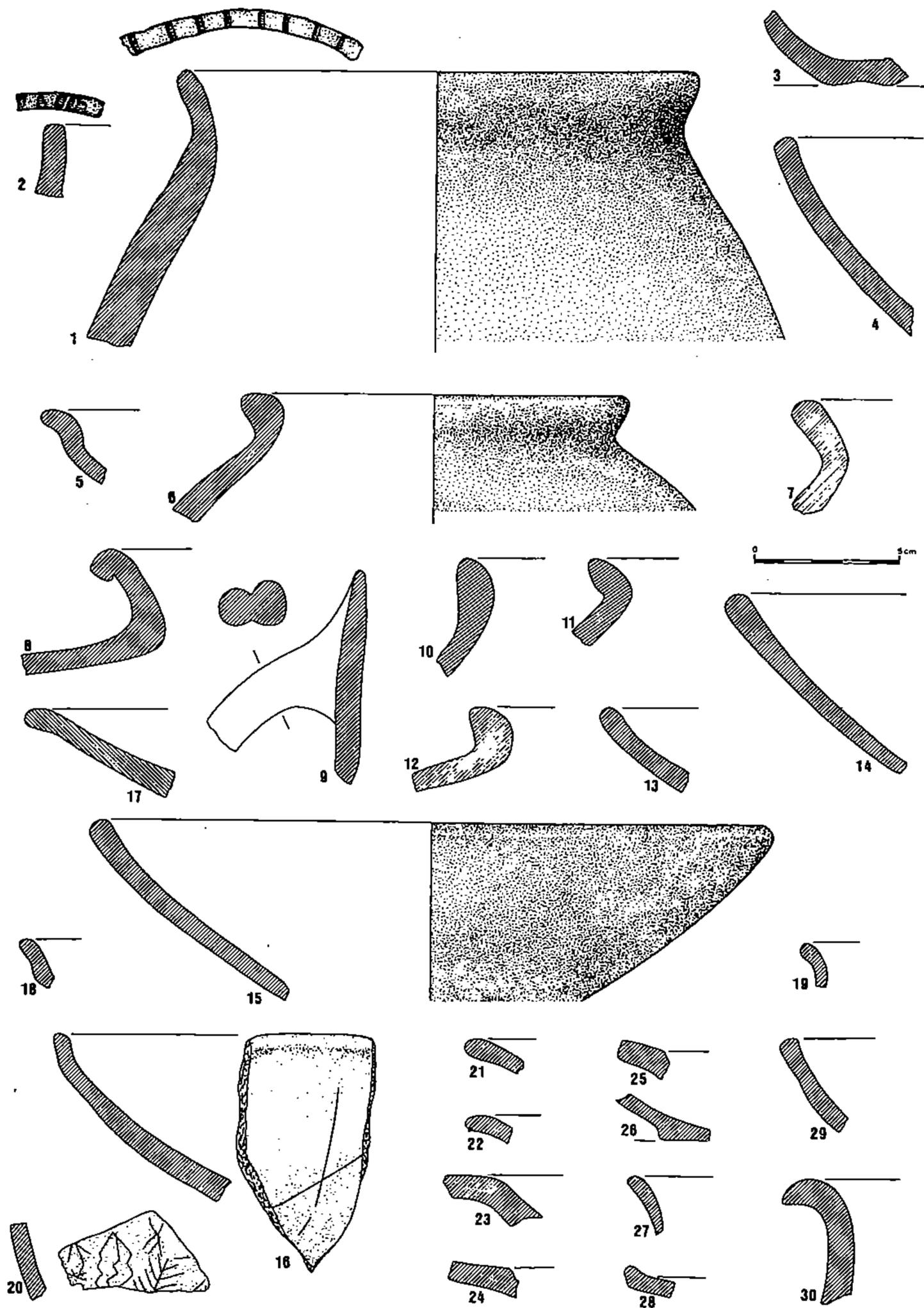


FIG. 11 – Povoado de Sta. Maria (Tv. dos Apóstolos). Ocupação da Idade do Ferro. Fase II (séculos VII-VI a. C.):
 n.ºs 1-3 – cerâmica manual; n.ºs 4-9 – cerâmica comum ao torno; n.ºs 10-12 – ânforas; n.ºs 13-20 – cerâmica cinzenta;
 n.ºs 21-28 – cerâmica de engobe vermelho fenícia; n.º 29 – cerâmica pintada por aguada vermelha em toda a superfície
 interna; n.º 30 – cerâmica pintada de bandas, sobre o lábio e na superfície externa. Seg. Soares e Tavares da Silva, 1986.

Quadro 1

Fabricos Cerâmicos

FASES	c.f.m		c.c.t.		ânforas		c.c.		c.e.v.f.		c.p.		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
I (séc. VIII-VII)	156	84,4	17	9,2	5	2,7	5	2,7	1	0,5	1	0,5	185	100
II (séc. VII-VI)	229	23,8	426	44,4	158	16,5	119	12,4	13	1,4	14	1,5	959	100
III (séc. V-IV)	107	18	327	54,9	94	15,8	62	10,4	0	0	5	0,9	595	100

Na colina de Santa Maria, identificaram-se três fases de ocupação sidérica. A fase I, mais restrita em termos espaciais, surgiu apenas no Corte B (Cs.11a e 11b) e poderá ser datada dos finais do século VIII, transição para o século VII a.C. Corresponde, no que respeita à difusão das inovações veiculadas pelo comércio fenício, ao momento dos primeiros contactos. Domina esmagadoramente a cerâmica de fabrico manual (ca. 84%), filiável no Bronze final regional (Tavares da Silva e Soares, 1978); as cerâmicas fabricadas ao torno e de importação são ainda escassas (Figs. 9 e 10).

A fase II (século VII – VI a.C.), com uma boa representação em área, encontrava-se presente no Corte A, camadas 13 e 14; Corte B, camada 10b; Corte C e Corte D, camadas 4b, 4c e 5. Atinge-se nesta fase a plena assimilação das inovações fenícias (Figs. 9 e 11), oriundas do círculo do Estreito de Gibraltar. É equiparável à fase III do Castelo de Alcácer do Sal (Tavares da Silva et al., 1980-81).

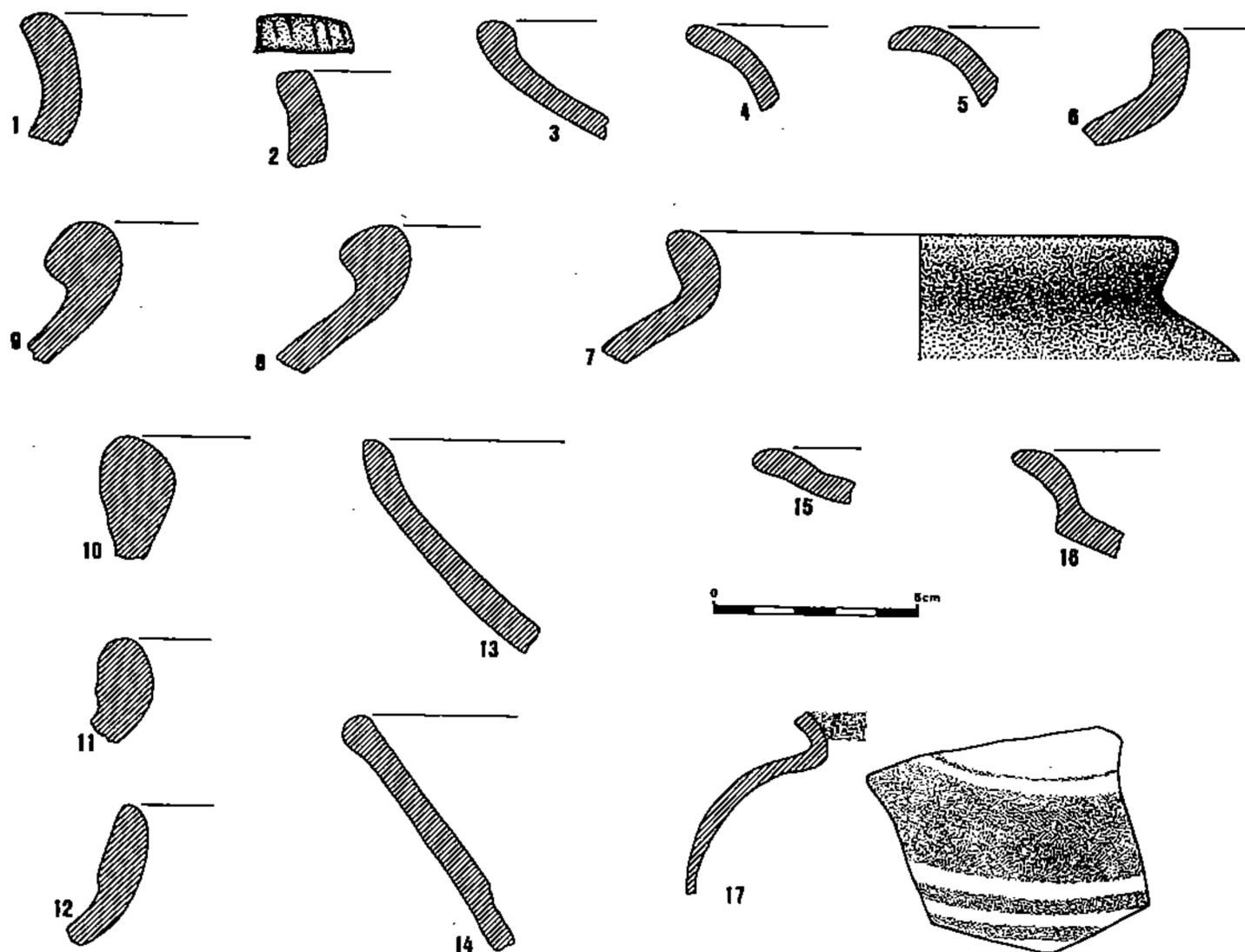


FIG. 12 – Povoado de Sta. Maria (Tv. dos Apóstolos). Ocupação da Idade do Ferro. Fase III (séculos V-IV a. C.): n.ºs. 1 e 2 – cerâmica de fabrico manual; n.ºs 3-7 – cerâmica comum ao torno; n.ºs. 8-12 – ânforas; n.ºs. 13-15 – cerâmica cinzenta; n.º16 – cerâmica de engobe ibero-turdetano; n.º 17 – cerâmica pintada de bandas. Seg. Soares e Tavares da Silva, 1986.

A última fase da Idade do Ferro (dos séculos V e IV a.C.), presente apenas nos Cortes A (Cs. 12 a e 12b) e B (Cs. 9 e 10 a), mostra elementos que estão na evolução das fases anteriores, embora a cerâmica de engobe vermelho orientalizante seja substituída pela ibero-turdetana e as ânforas pertençam agora a tipos ibero-púnicos (Figs. 9 e 12).

A cidade romana

Um hiato de cerca de 300 anos separa a ocupação sidérica da cidade romana. A colina de Santa Maria não forneceu, por enquanto, vestígios atribuíveis à tão procurada Caetobriga pré-romana. A localização do povoado do final da Idade do Ferro continua, pois, por identificar. Atendendo à morfologia de Setúbal, colocamos a hipótese do mesmo ter ocupado a colina de Nossa Senhora da Saúde, onde ainda não foi possível realizar escavações arqueológicas. Os mais antigos vestígios da ocupação romana, que podem remontar aos últimos anos do século I a.C., inícios de século seguinte (*terra sigillata* itálica e ânfora Haltern 70) foram recuperados numa sondagem realizada no Largo da Fonte Nova, precisamente no sopé da referida elevação. Na base da mesma colina, mas no quadrante norte, A. I. Marques da Costa observou um possível tanque romano revestido a *opus signinum*, aquando da abertura de valas para os alicerces de habitações no Bairro Alves da Silva, nas proximidades da “estrada de Azeitão, alguns metros a W. da capella de N.S. da Boa Morte”.

A Setúbal romana organizou-se em dois núcleos, separados pela Ribeira do Livramento (Figs. 13 e 14). O mais importante desenvolveu-se a oriente daquele curso de água, desde o Bairro de S. Sebastião à Praça de Bocage. Ocupou a colina de Santa Maria, no rebordo ocidental do planalto pliocénico e uma restinga de areias fluviais com mobilizações eólicas que não deveria existir nos séculos VIII e VII a.C. Esta restinga, de direcção E. – W., enraizou-se na base da colina de Santa Maria e prolongou-se até à Praça de Bocage; ter-se-á formado devido à confluência da corrente de vazante do Sado (desviada para a direita pelo efeito de Coriolis) com a Ribeira do Livramento. Para norte da restinga, e sob o seu abrigo, desenvolveu-se uma área húmida, lagunar/pantanosa, cujo limite meridional ficou fossilizado pelo traçado das Ruas de Antão Girão-Álvaro Castelões-Romeu, as quais delimitam, igualmente, a ocupação romana.

Essa área insalubre que se estendia para norte, até pelo menos ao actual parque do Bonfim, viria a ser progressivamente colmatada entre os séculos XIV e XVI. O Largo do Sapalinho e a rua Estevam de Vasconcelos, por exemplo, embora no interior da cerca, só foram urbanizados no século XV; a Rua Afonso Pala só viria a ser urbanizada nos séculos XV-XVI. A análise sedimentológica da camada em que assentou a primeira ocupação adjacente a este eixo viário revelou um sedimento lodoso (Cardoso, 1986).

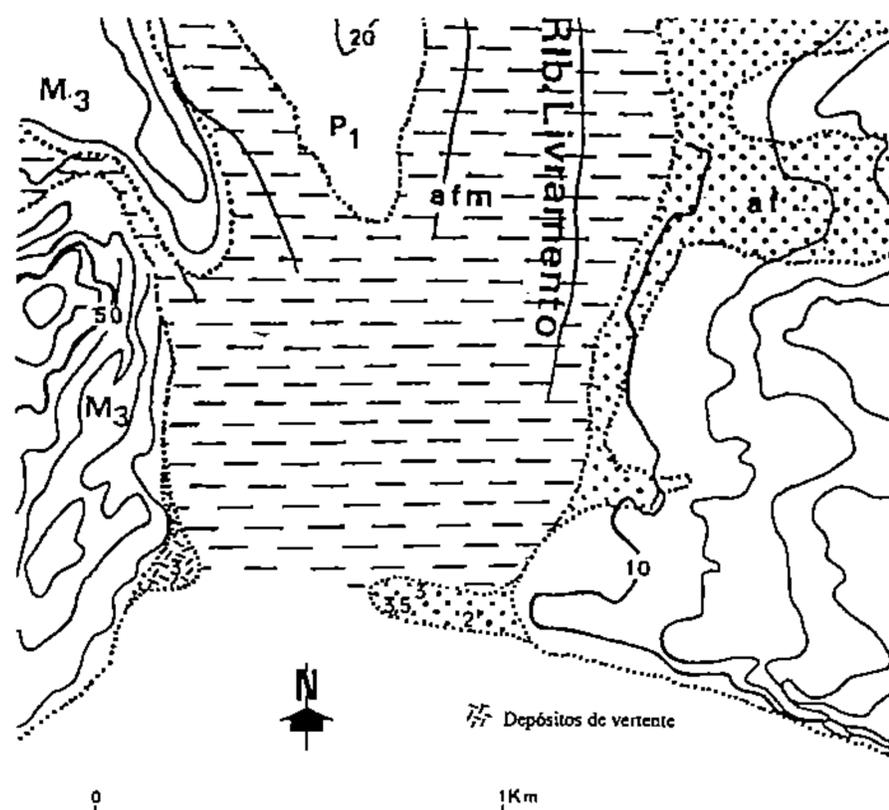


FIG. 13 – Reconstituição geomorfológica da Setúbal romana, já com as restingas de areias fluvio-eólicas instaladas. Ver legenda da Fig. 8.

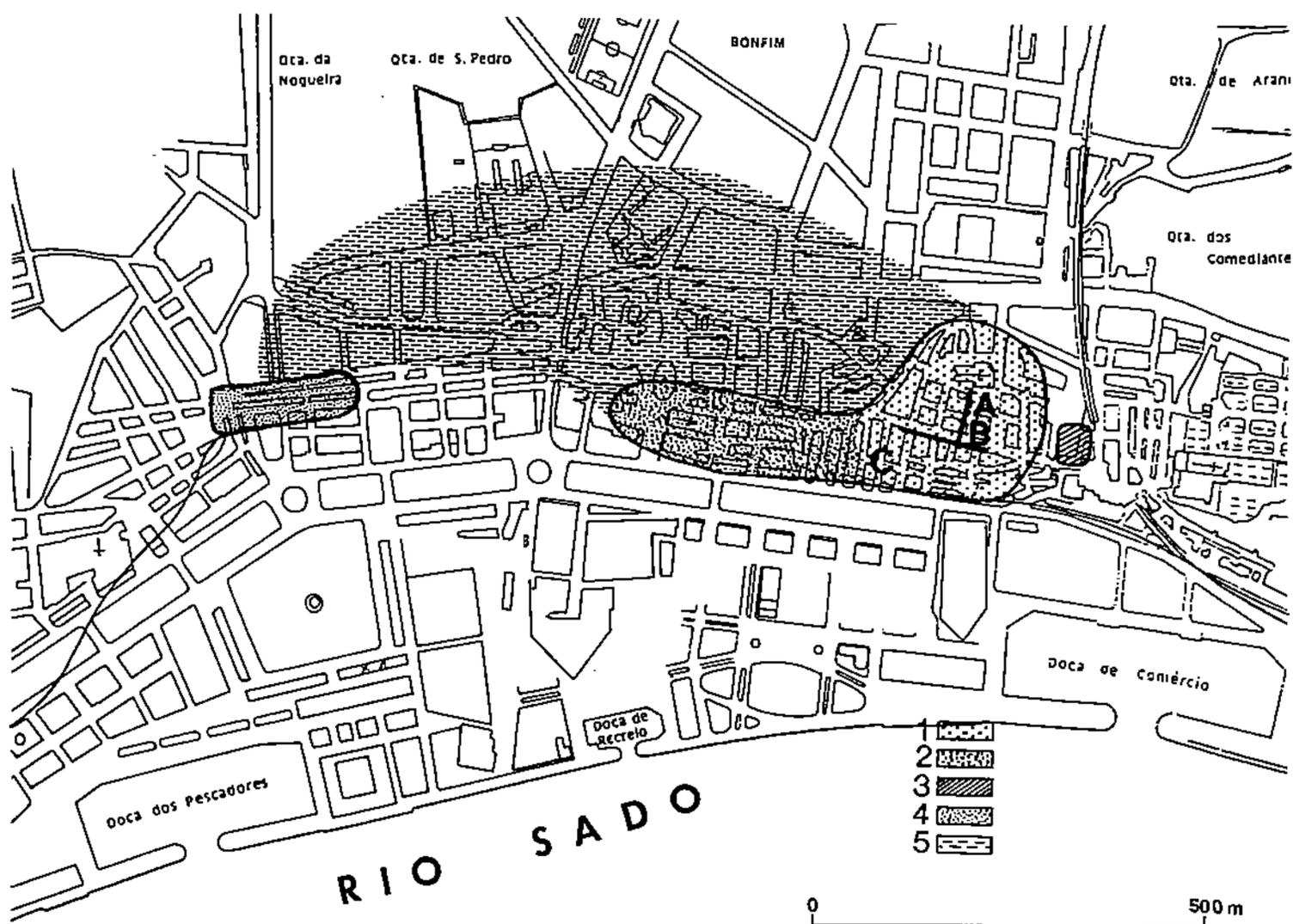


FIG.14 – Planta funcional da Setúbal romana: A- centro religioso e administrativo; B- eixos viários; C- praça pública; 1- zona comercial e residencial; 2- zona industrial; 3- necrópole; 4- núcleo ocidental; 5- zona húmida- sapal.

O núcleo oriental da Setúbal romana mostrou acentuada diferenciação funcional. Na colina de Santa Maria, entre o Largo da Misericórdia e o Miradouro, localizava-se a área residencial e comercial por excelência. Atenda-se às lojas do século II postas a descoberto na Travessa dos Apóstolos, às estruturas habitacionais exumadas em 1971, nos n.ºs 52-56 da Rua Arronches Junqueiro; à localização, em 1997, de uma possível praça pública, talvez um *forum*, na Travessa de João Galo (encosta meridional da colina de Santa Maria); aí observaram-se vestígios arquitectónicos de um grande edifício do século II d.C (cornija do entablamento de uma fachada principal, com cerca de 3 t e 3,55 m de comprimento), desmantelado durante o período tardo-romano. Infelizmente, a dimensão do lote objecto de escavações arqueológicas não nos permitiu obter plantas completas das estruturas aí identificadas. No que concerne à malha urbana romana, possuímos ainda escassa informação: um possível eixo viário de direcção NNE-SSW materializado pela respectiva canalização de esgoto, corresponde aproximadamente à actual Rua Jorge de Aquino. Como hipótese de trabalho, podemos admitir que a Rua Arronches Junqueiro, perpendicular à Rua Jorge de Aquino, tenha retomado também o traçado de uma via romana.

A povoação romana parece ter atingido a fase de consolidação somente a partir do segundo quartel do século I d.C. Pela informação actualmente disponível, ela não corresponde ao modelo de cidade político-administrativa, “parasitária” e monumental, mas a um dinâmico centro produtivo e comercial, “industrial” e portuário.

Sobre a restinga, cuja ocupação mais antiga data do segundo quartel do século I, implantou-se a “zona industrial” onde se identificaram três conjuntos de fábricas de salga: Travessa de Frei Gaspar (Figs. 15 e 16), Rua Januário da Silva e Praça de Bocage (Fig. 17). As oficinas da

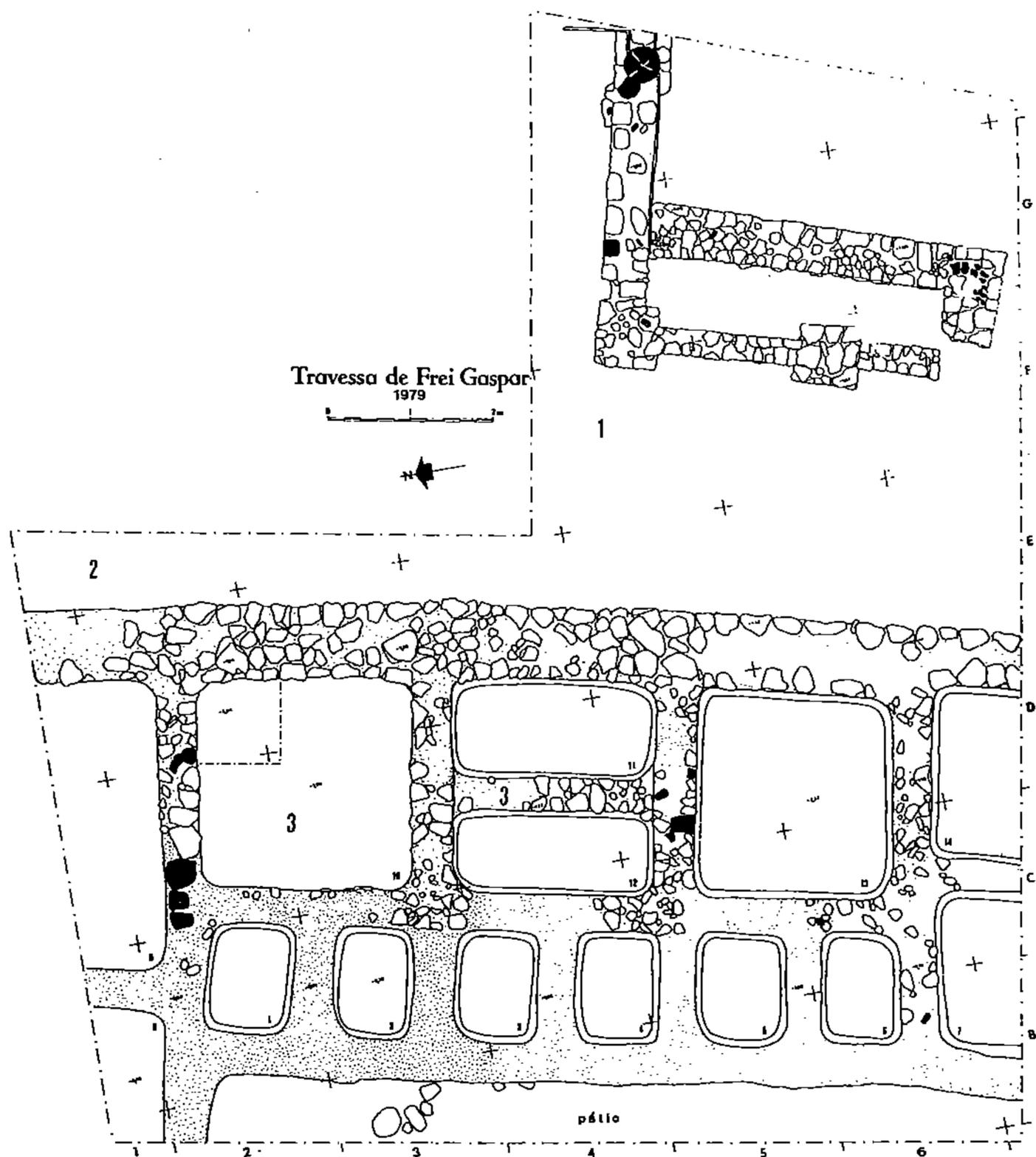


FIG. 15 – Planta das estruturas romanas da Travessa de Frei Gaspar. 1- construção destruída pelo imóvel actual, de carácter habitacional (com peristilo), anterior (meados a terceiro quartel do sec. I) à fábrica de salga de peixe; 2- fábrica de salga de peixe construída no último quartel do século I; 3- reparação tardia (primeira metade do século V) e parcial do estabelecimento fabril, após período de abandono em que o local foi transformado em lixeira. Seg. Tavares da Silva et al., 1986.

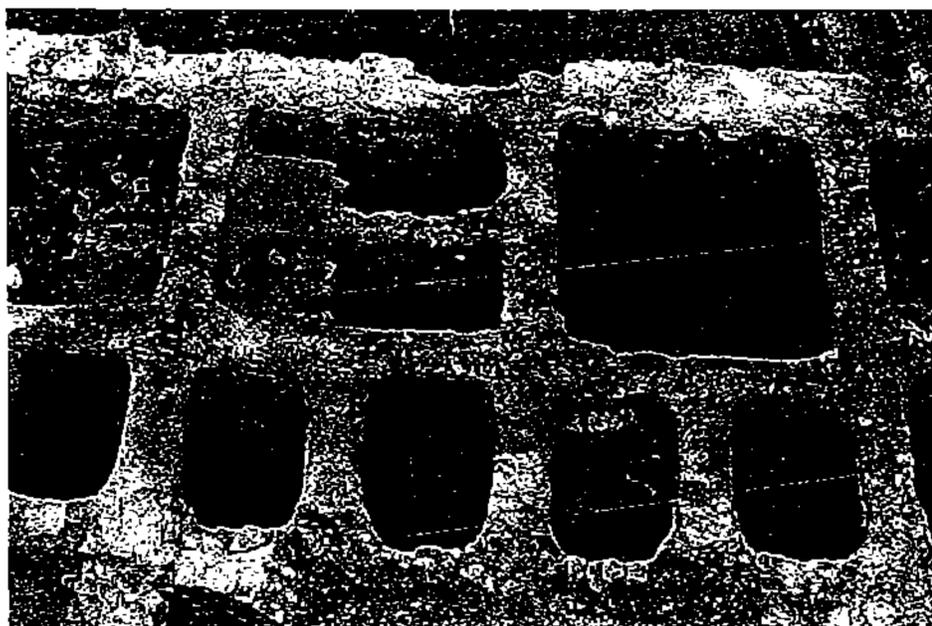


FIG. 16 – Aspecto da fábrica de salga de peixe da Travessa de Frei Gaspar, em curso de escavação, 1979.

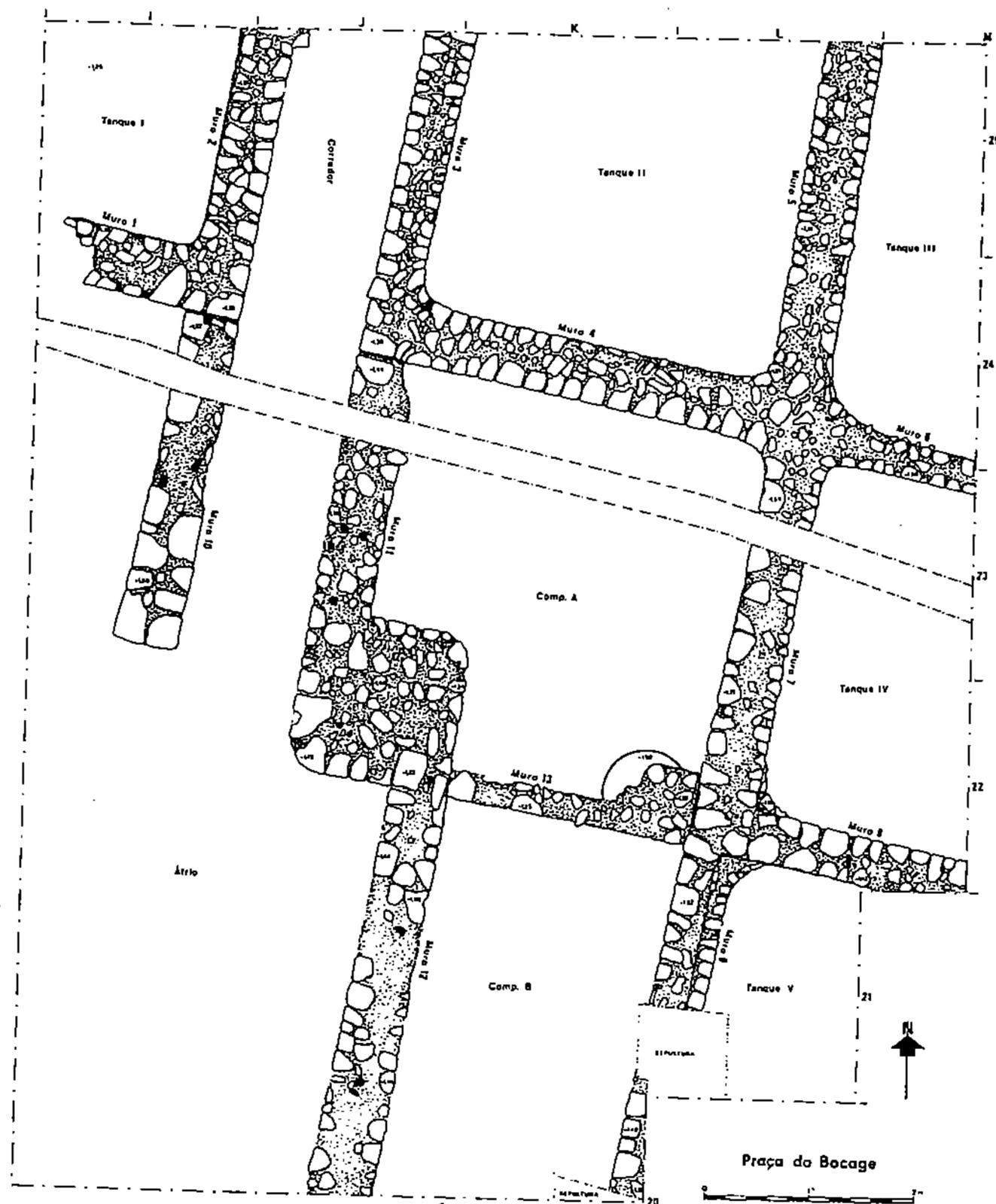


FIG.17 – Planta das construções da época romana postas a descoberto na Praça de Bocage. Surgiram dois conjuntos de tanques de salga, separados por um corredor que abria para um átrio. Seg. Tavares da Silva e Coelho-Soares, 1980-81.

Travessa de Frei Gaspar e da Praça de Bocage foram construídas no último quartel do século I; a última funcionou apenas durante o Alto Império, enquanto a da Travessa Frei Gaspar laborou até ao século V. Ainda na “zona industrial” da Setúbal romana, no actual Largo da Misericórdia, escavou-se uma olaria de produção de ânforas do segundo quartel do século I (Fig. 18), da qual se recuperaram dois fornos do tipo *a* da classificação de Duhamel. Estes fornos produzem ânforas do tipo Dressel 14 e testos (Tavares da Silva, 1996). Aquele tipo anfórico foi encontrado na camada subjacente ao estabelecimento de preparados piscícolas da Praça de Bocage, facto que reforça a hipótese da produção de salgas de peixe se encontrar localmente estabelecida, pelo menos desde o período de Tibério-Cláudio. Nesta fase, as oficinas de salga de peixe e as olarias de ânforas estariam, provavelmente, associadas quer física quer economicamente

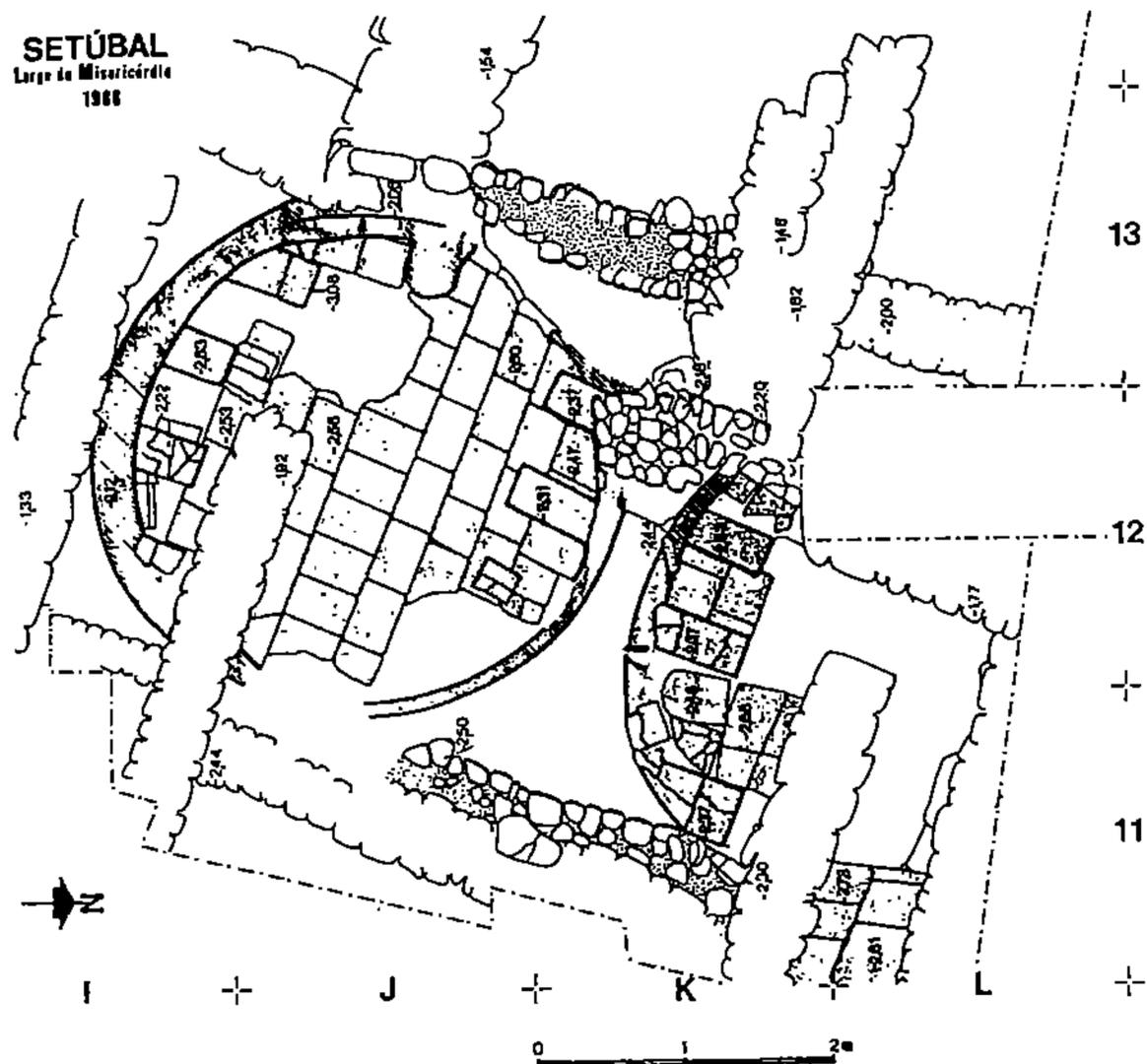


FIG.18 – Planta parcial de dois fornos de cozer cerâmica da olaria romana do Largo da Misericórdia. Seg. Tavares da Silva, 1996.

(possível estratégia de integração vertical). Seria então difícil imaginar o extraordinário desenvolvimento que viria a ter no estuário do Sado, no pleno século II, a fileira produtiva das salgas de peixe. Atenda-se ao extenso e especializado complexo “fabril” de Tróia, onde toda a economia assentou na produção, em grande escala, de salgas de peixe e derivados, para um mercado supra-regional (Soares, 1980; Etienne et al., 1994), e aos numerosos sítios da margem direita do Sado especializados na produção maciva de ânforas, como os da Herdade do Pinheiro e de Abul (Mayet, Schmitt e Tavares da Silva, 1996; Mayet e Tavares da Silva, 1998). As economias de escala permitiam agora a autonomia do sector oleiro face ao da produção de salgas de peixe.

No limite oriental do perímetro urbano, na ladeira de S. Sebastião, localizava-se uma necrópole de inumação que se terá mantido em utilização pelo menos entre os séculos II e IV.

O núcleo ocidental da Setúbal romana é sobreposto pelo actual Bairro de Troino; era menos extenso e encontra-se pior conhecido que o oriental. A partir daquele acedia-se às pedreiras do Viso que abasteceram Setúbal e Tróia e à via que ligava Olisipo a Caetobriga. Pertencente muito provavelmente a esta via, subsiste um troço de calçada, com cerca de 2 Km, entre o Casal das Figueiras e o Grelhal (Tavares da Silva e Soares, 1986).

Na margem norte da foz do Sado, localizaram-se, a jusante de Setúbal, diversos estabelecimentos de preparados piscícolas como os da Comenda, Rasca e Creiro (Tavares da Silva e Coelho-Soares, 1987, p. 221-237); na envolvente agrícola que a norte limita o actual concelho de Setúbal (Alferrar), existiram diversos casais agrícolas (Tavares da Silva e Cabrita, 1964).

Todos os estabelecimentos humanos referidos parecem ter-se articulado em um sistema produtivo à escala do Baixo Sado, assente na exploração, processamento e comercialização dos recursos marinhos. O carácter acentuadamente extravertido, na dependência de

mercados supra-provinciais, o gigantismo e a hiper-especialização daquele sistema económico contribuíram para a sua grande vulnerabilidade face à crise do final do Império.

O centro urbano polarizador do Baixo Sado terá sido inicialmente *Salacia*. Recorde-se que esta cidade possuía o estatuto de município atribuído, possivelmente, por Júlio César, mas durante o século II, assiste-se ao desenvolvimento económico de Setúbal e ao declínio da cidade romana de Alcácer do Sal; Setúbal deverá ter absorvido muitas das funções político-administrativas detidas anteriormente por *Salacia*.

A desurbanização da Alta Idade Média

Todo o sistema económico-social da região estuarina do Sado sofreu uma profunda reestruturação na sequência da crise do século III expressa, por exemplo, na segmentação das unidades de preparados piscícolas, adaptada à diversificação da produção, e na adopção de novos módulos volumétricos de embalagens de salga (ânforas Almagro 50, 51 A-B, 51 C). A crise continuou, porém, a aprofundar-se. A economia do Baixo Sado, fortemente dependente de mercados distantes, entrou em colapso com a redução e declínio daqueles.

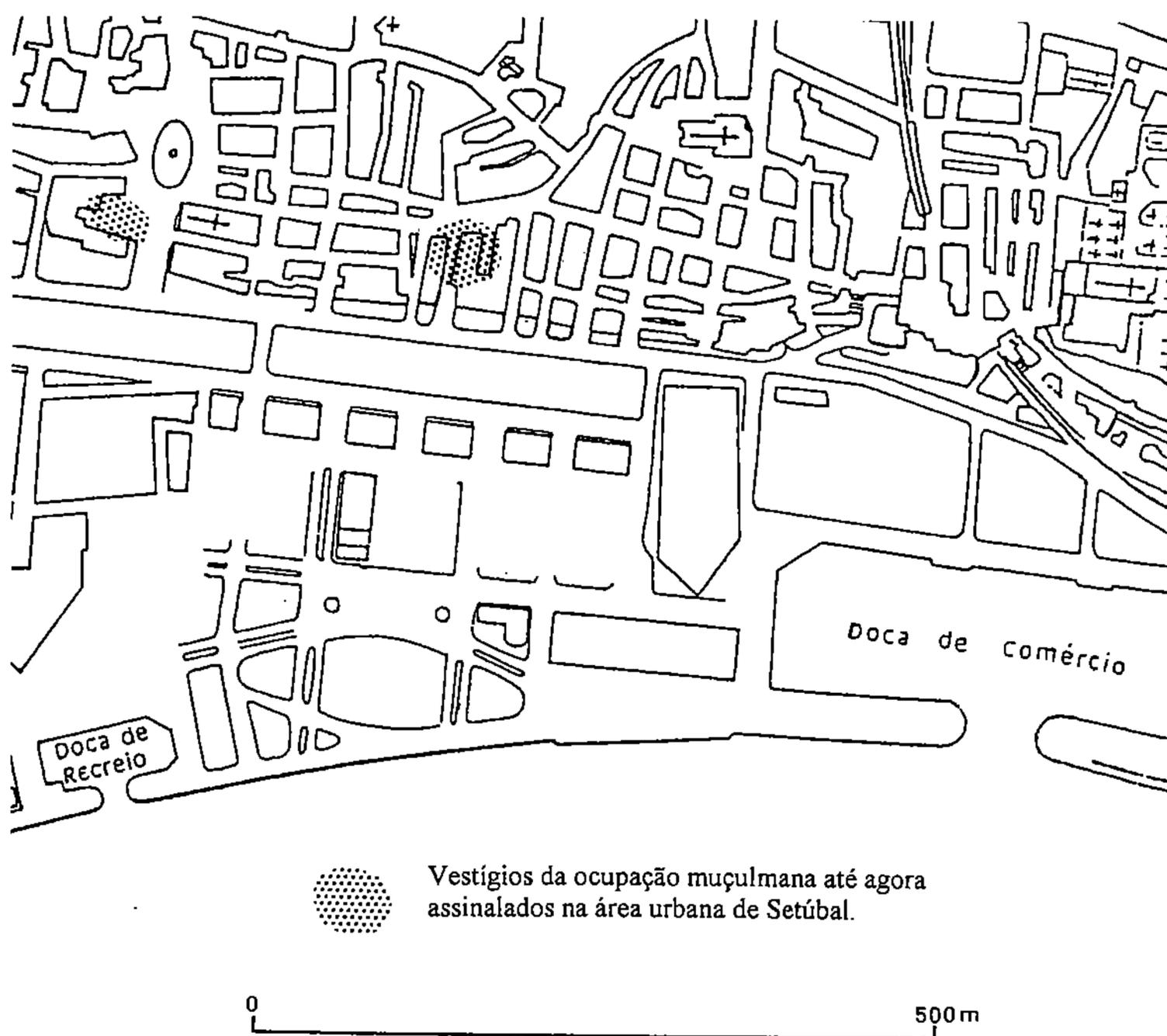


FIG.19 - Área de distribuição dos raros vestígios da ocupação muçulmana na área urbana de Setúbal.

Algumas fábricas de salga de peixe converteram-se em necrópoles (Tróia), outras em lixeiras (Setúbal). Nos alvares do século V, o modelo socio-económico romano encontrava-se esgotado. Os vestígios arqueológicos atribuíveis aos séculos V-VI são constituídos, quase exclusivamente, por lixeiras que vão cobrir áreas anteriormente edificadas; verifica-se, pois, uma nítida contracção do aglomerado populacional.

A desurbanização de Setúbal durante a Alta Idade Média foi acompanhada de um avanço da linha de costa para norte como tem vindo a ser documentado arqueologicamente⁶. A presença árabe, precoce e bem documentada em Palmela e Alcácer do Sal, deixou, na nossa cidade, ténues vestígios: fragmentos de cerâmica muçulmana foram recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas no canto sudoeste da Praça de Bocage e no Largo da Misericórdia (finais do século XI-inícios do século XII).

Em um contexto histórico marcado pela desagregação do poder, pela fragmentação do espaço politicamente organizado, o litoral torna-se muito inseguro. Sem condições naturais ou artificiais de defesa, Setúbal encontra-se claramente em desvantagem relativamente a Palmela e a Alcácer do Sal.

O renascimento da Baixa Idade Média

O mais antigo documento escrito que se refere a Setúbal data de 1235 (Rau, 1951) e descreve-a como pequena aldeia de pescadores do termo de Palmela. Em 1248, a população liberta-se da sujeição paroquial de Palmela através da criação de uma freguesia, a de Santa Maria da Graça, cuja igreja foi edificada onde hoje se encontra o templo reconstruído no terceiro quartel do século XVI. O desenvolvimento económico e social da povoação explica a concessão de foral, pelo Mestre da Ordem de Santiago, em 1249. Este documento ilustra bem a importância da pesca e do comércio marítimo, actividades que configuraram uma verdadeira economia marítima. Debruçada sobre o Oceano, “de costas viradas” para o mundo rural, Setúbal só terá, em 1343, o seu termo delimitado, não sem conflitos, a expensas dos concelhos de Palmela e Alcácer do Sal (Pimentel, 1877, p. 136-140). Os mais antigos indícios arqueológicos da ocupação medieval cristã circunscrevem-se à restinga de areias fluviais e eólicas, localizada entre o Largo da Misericórdia e a Praça de Bocage. São construídas na zona intertidal extensas estacarias, quer marginando a baía de Setúbal (actual Av. Luisa Todi), quer limitando a área pantanosa, a norte (Rua Luís de Camões). Restos de cais palafíticos associados à actividade piscatória e semelhantes aos que ainda hoje podemos observar (mera convergência) na Carrasqueira? Vestígios de diques destinados a drenar a zona húmida da foz da Ribeira do Livramento e a conquistar terras ao Sado?

Duas amostras da estacaria da frente ribeirinha foram datadas radiometricamente (Quadro 2):

Quadro 2

Datações radiométricas obtidas para amostras da estacaria medieval escavada no edifício do BCP, na Av. Luisa Todi, em Setúbal.

LOCALIZAÇÃO	REF. LAB.	MATERIAL	$\delta^{13}C$	DATA $\pm 1\sigma$	DATA CAL DC 1 SIGMA	DATA CAL DC 2 SIGMA
Av. Luisa Todi Estaca 144	ICEN-749	madeira	-26,86	760 \pm 50	1229-1277 (1265)	1180-1290 (1265)
Av. Luisa Todi Estaca 32	ICEN-757	madeira	-25,46	870 \pm 45	1049-1223 (1169)	1030-1260 (1169)

Nos sapais que limitavam a norte a povoação (Travessa da Portuguesa e Largo do Sapalinho) foram encontrados numerosos testemunhos do cultivo da vinha; os intervalos de 1015-1213 cal DC (ICEN 698) e de 1034-1253 cal DC (ICEN 699), a 2 sigma, obtidos para amostras de vides, mostram-se estatisticamente idênticos aos das estacarias e documentam o interesse económico da viticultura logo no século XII-XIII.

No decurso do século XIII e seguinte, ocorreu uma nítida migração da linha de costa para sul, formando-se uma praia a jusante das estacarias. Na Av. Luisa Todí (edifício Montepio) escavámos um verdadeiro chão ou tendal de secar peixe datado dos séculos XIII-XIV, instalado sobre a praia, arenosa, na qual ficaram milhares de peças esqueléticas de fauna ictiológica. Esta constatação confirma as deduções sugeridas pelo texto do foral.

Progressivamente, temos vindo a reconstituir a estrutura económica e urbana da povoação medieval (Figs. 20 e 21), integrando quer informação arqueológica, quer contribuições historiográficas. Uma das primeiras tentativas de recuperação do urbanismo antigo de Setúbal, hoje completamente desactualizada, mas à época bastante estimulante, ficou a dever-se à geógrafa Maria Alfreda Cruz (1968). Esta investigadora atribuía o traçado regular e ortogonal da estrutura viária do arrabalde de Troino à reconstrução posterior ao sismo de 1755; a descoberta de uma planta de Setúbal do último quartel do século XVI veio mostrar que aquela estrutura urbana já estava presente. Por outro lado, Alfreda Cruz localizava o núcleo medieval primitivo na área limitada pelas duas únicas ruas do centro histórico de contorno curvilíneo, Ruas de Antão Girão e de Afonso Pala, que decalçariam a periferia do núcleo central. A informação arqueológica e sedimentológica tem mostrado que o referido espaço foi ocupado tardiamente e que as citadas vias delimitaram a zona pantanosa que se estendia a norte da restinga.

As escavações arqueológicas na Travessa da Portuguesa forneceram informação da maior relevância para a sustentação do modelo dinâmico de paleogeografia da Baixa de Setúbal que a signatária e Carlos Tavares da Silva têm vindo a elaborar (Figs. 8, 13 e 14), e para o conhecimento do quotidiano da população da Baixa Idade Média.

A sequência estratigráfica, com cerca de 4m de espessura, apresenta na sua base areias fluvio-marinhas (sem finos, nem matéria orgânica) depositadas anteriormente à formação da restinga, ou seja, anteriormente ao século I. A baía de Setúbal estender-se-ia amplamente para norte da presente linha de costa. Segue-se uma camada de areia grosseira acinzentada com nódulos de óxido férrico que documenta uma fase regressiva, de limitadas influências oceânicas, contemporânea da época romana. Instalara-se a restinga. A partir deste período depositam-se, em situação de abrigo e em ambiente redutor, de baixa energia, sedimentos lodosos onde foram registadas espécies vegetais características de sapal (*Chenopodiaceae* e *Amaranthaceae*).

A colmatação da área pantanosa, claramente acelerada por acção antrópica, terá ficado concluída nos finais do século XIV. No complexo lodo-turfoso, aí constituído, distinguem-se diversos níveis correspondentes a episódios mais ou menos ricos em acarreios de materiais de origem antrópica.

O estudo da vegetação, a partir dos macro-restos vegetais dos níveis medievais lodosos da Travessa da Portuguesa, realizado por João Pais⁷, veio mostrar que nas proximidades daquele local devem ter existido hortas e pomares, onde a videira e a figueira dominavam. Presentes também a amoreira, gingeira, ameixeira, pessegueiro, romãzeira, noqueira e oliveira. Para lá desse espaço de agricultura intensiva/horticultura, desenvolviam-se matas de *Pinus pinea* e de *Quercus* com sub-bosque de *Ericaceae* e de *Cistus*. Rapidamente se passava de um ambiente húmido, onde não faltavam fetos, devido mais a factores hidrológicos que climáticos, para outro seco, que permitia a expansão de compostas e de *Cistus*, domínio das

culturas de sequeiro e do pastoreio. A presença da vinha nas imediações do burgo foi igualmente documentada nas escavações do Largo do Sapalinho, através de vides conservadas nas formações lodosas anteriores à construção da muralha medieval, quando o local ainda se encontrava alagado. Escrituras dos séculos XIV e XV da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada (Arquivo da Misericórdia de Setúbal) documentam também a importância económica do cultivo local da vinha.

O estudo da fauna proveniente das escavações da Travessa da Portuguesa, realizado pelo Prof. Teles Antunes, revela uma dieta muito rica em peixe, confirmando a importância dos recursos marinhos na economia local⁸.

Para a reconstituição do urbanismo da Setúbal medieval é necessário ter presente os condicionalismos geomorfológicos apresentados. Sobre esse cenário biofísico, podemos então projectar os padrões éticos e estéticos que genericamente enformaram o modo de vida das cidades medievais do Ocidente para reconhecer as marcas de medievalismo em algumas estreitas e tortuosas ruas, com estrangulamentos e dilatações que adquirem o valor de largos, com cotovelos em ângulo recto como a Rua do Gonçalo ou a Rua da Paz (antiga Rua Dona Filipa), becos fechados como a Rua Álvaro Luz, traçados viários que conferem à cidade um carácter orgânico, vivido e participado pela comunidade local⁹.

A vila medieval de Setúbal consolida-se em termos urbanísticos através da construção de uma fortificação. No exterior, desenvolve-se, a oeste, o arrabalde de Troino, existente, pelo menos, desde o século XIII. O Largo da Anunciada, sobre a praia, era o centro polarizador do arrabalde. Aí se localizavam a igreja e o hospital da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada. A actual malha urbana de Troino mergulha as suas raízes, pelo menos, na época medieval¹⁰. Neste arrabalde instalaram-se os dois conventos da Setúbal medieval: o de S. Francisco, em 1410 e o de Jesus, em 1490 (Tavares da Silva, 1989). As escavações arqueológicas realizadas no largo fronteiro à igreja do convento de Jesus mostraram que até ao século XIV o local esteve inundado; durante o século XIV, evoluiu para sapal alto; no século XV, estaria emerso; na transição para o século XVI, após a construção da igreja, é realizado o primeiro piso do largo, em gravilha e cascalho (Tavares da Silva, 1989, p. 8).

O arrabalde de Palhais, a este da vila, parece ser de fundação mais recente, talvez do século XV. Nele ocorrerá a construção da primitiva igreja de S. Sebastião, durante a última década daquele século.

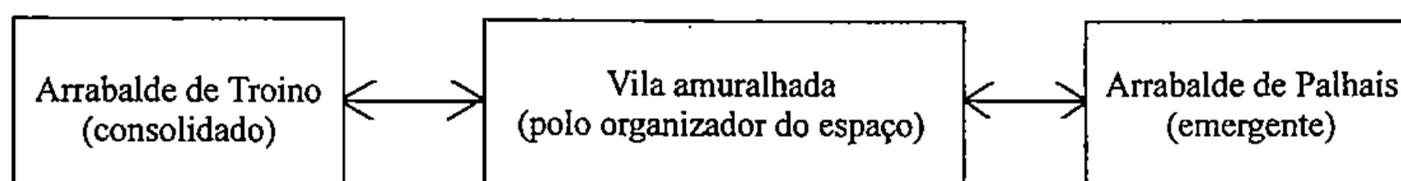


FIG.20 – Principais elementos constitutivos do aglomerado urbano de Setúbal nos finais do século XV.

O elemento estruturante da povoação da Baixa Idade Média foi a muralha que, ao delimitar a vila, criou uma fronteira física entre a cidade e o campo, reforçando a sociabilidade intra-muros e o sentimento de autonomia da sua população. Construída, a expensas da população, para defender a vila da pirataria, assegurou também a protecção do aglomerado urbano face a inundações do rio; a sua conservação era uma preocupação comum aos moradores da vila e, em diversos momentos, os procuradores do concelho às Cortes reclamaram e obtiveram para o concelho o direito a rendas destinadas a reparações na muralha. Esta reflecte, igualmente, o grande desenvolvimento económico atingido por Setúbal no século XIV. Com uma espessura que pode atingir os 2 m, reforçada por 20 torreões, qua-

drangulares, oblongos e hexagonais (Soares e Tavares da Silva, 1982), envolve uma área com cerca de 12,6 ha (possui o comprimento máximo de aproximadamente 660m e a largura máxima de 240 m); a fortificação alongava-se na direcção E-W, acompanhando a margem da baía, sobre uma praia arenosa, entre Palhais e a Ribeira do Livramento, actual Av. 22 de Dezembro; a norte, era limitada pelo esteiro das Alcaçarias (actual Av. 5 de Outubro). Segundo fontes escritas¹¹, a traça inicial da fortificação poderá remontar ao reinado de D. Dinis, mas a sua construção só deve ter sido iniciada no reinado de D. Afonso IV. A magnitude do empreendimento e a eclosão da peste negra poderão ter provocado o arrastamento da obra por um período relativamente longo. A informação arqueológica, infelizmente ainda não totalmente analisada, aponta a sua conclusão, sobretudo no que se refere ao pano norte, para finais do século XIV, ou mesmo inícios do século XV¹². A documentação escrita refere ainda vultuosas obras de reforço da cerca medieval, ordenadas por D. João I, após as guerras com Castela¹³. Aquelas terão sido responsáveis pela forma definitiva da fortificação. Os muros da cerca inicial eram fracos e exigiam frequentes reparos para que o mar não galgasse a terra.

A muralha englobava o núcleo religioso e residencial da elite local, localizado na colina de Santa Maria; o núcleo económico e administrativo situado na Ribeira e pequeno largo adjacente, a norte; as áreas residenciais das minorias étnicas judaica e muçulmana (Soares e Tavares da Silva, 1982); espaços não urbanizados. Consolidou a estrutura viária que viria a sobreviver parcialmente até aos nossos dias.

O principal centro polarizador da vida económica da Setúbal da Baixa Idade Média foi, sem dúvida, um conjunto de espaços físicos e funcionais (parcialmente sobrepostos), organizados de forma encadeada ao longo de um eixo N-S, perpendicular à cerca amuralhada e abertos à Porta da Ribeira: Ribeira – Praça do Castelo – Praça do Pelourinho. Não é improvável que esta área integrasse uma alcáçova.

A documentação escrita disponível permite uma descrição¹⁴ das estruturas física e funcional da área representada na Fig. 21, apontando para um modelo que aguarda confirmação arqueológica:

Porta da Ribeira - A mais importante da cerca medieval (pano sul). Aberta na torre mais alta, era ladeada por dois torreões, um deles hexagonal. Um documento de 1445 refere esta porta.¹⁵

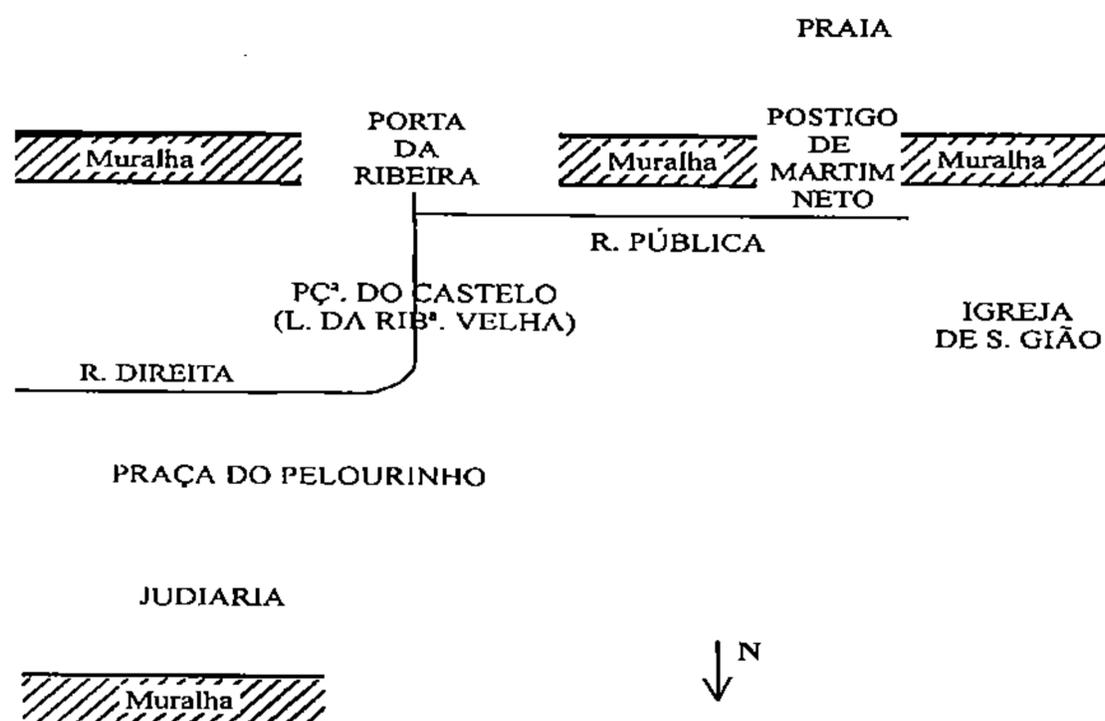


FIG. 21 - Ideograma do núcleo Ribeira-Praça do Castelo-Praça do Pelourinho (elementos de carácter funcional e respectivas relações de proximidade, descomprometidas de escala geográfica).

Postigo de Martim Neto – A poente da Porta da Ribeira, abria para uma rua que se dirigia à Ribeira e que ligava à Rua Direita. O postigo viria a ser encerrado em 1545, altura em que o respectivo vão da muralha foi transformado na albergaria de João Vaz. Desconhecemos a data de abertura do postigo; um documento de 1476 (Braga, 1998, p. 229) regista a presença em Setúbal de um Martim Neto. Terá este morador alguma relação com o antropónimo atribuído à abertura na muralha?

Ribeira – No interior da área amuralhada, em frente da Porta da Ribeira, fazia-se a venda do pescado (açougue do pescado); a ribeira é citada em uma escritura de 1367.¹⁶

Praça do Castelo – Relativamente à Ribeira, “estava logo mais acima, correndo de sul a norte “[...] era guarnecida nos quatro lados [por] casa dos contos, depois tabola da mesa real e mes-tral [...] do lado sul, sobre a torre da porta da ribeira, o paço do trigo ou celleiro, que ficava do lado do nascente, as tendas da Ordem, que eram colocadas da parte do poente, e diversos outros estabelecimentos do lado do norte. A casa da almotaçaria estava também aqui estabelecida [...] um forno da Ordem [...] os açougues e diferentes repartições fiscais da ordenação dos direitos do pe-scado [...] e tribunais da villa [...] e finalmente estariam [...] os paços do concelho e a cadeia”. Pros-seguindo a descrição, Almeida Carvalho (inéditos depositados no ADS) acrescenta que “a maior parte dos edifícios da Praça do Castelo tinha alpendre na frente de suas lojas” onde expunham os géneros para venda ou os recebiam para fiscalização. Nas proximidades, a ocidente da Praça do Castelo, ficava a igreja de S. Gião, incomparavelmente mais modesta que o actual templo;

Praça do Pelourinho – Localizava-se imediatamente a norte da Praça do Castelo. Um documento de 1489 assinala-a: “Escritura de aforamento de duas casas [...] acerca da Praça do Pelourinho [...] parte ao norte com a Judiaria e ao sul com Rua Pública”¹⁷.

A breve apresentação de algumas das frentes de estudo da Setúbal medieval fornece-nos uma imagem, que continuaremos a tentar focar, de grande densidade funcional, vitalidade eco-nómica¹⁸, abertura ao exterior, sobretudo aos contactos por via marítima¹⁹. O prosseguimento do estudo arqueológico no que respeita às estruturas físicas e económico-sociais e ao padrão genético do burgo medieval será perspectivado pela problemática da emergência da burguesia enquanto contrapoder face à ordem feudal tão bem representada no sítio vizinho de Palmela. Nesta óptica, serão testadas quatro vertentes principais do processo de afirmação da jovem urbe:

- Estrutura policêntrica. Unidade estrutural obtida através da articulação de dependên-cias e complementaridades internas;
- Desenvolvimento das actividades artesanais em ligação a um sector mercantil (portuário) dinâmico. Papel secundário das actividades agrícolas;
- Estrutura social complexa. Emergência e consolidação de uma instância de poder local em confronto com o poder senhorial (Ordem de Santiago). Alianças entre poder local e poder régio.

Meio cultural popularmente participado. Rico em sociabilidades. Grande abertura ao exterior, incrementada pelo comércio marítimo.

Agradecimentos

Agradecemos vivamente ao Dr. Carlos Tavares da Silva a leitura atenta e as sugestões que dispensou ao presente texto, a Jorge Costa e Paula Covas a colaboração prestada na ilus-tração do mesmo e ao Prof. Chris Jensen-Butler, a tradução do resumo para inglês. O nosso reconhecimento vai igualmente para o Dr. Fernando Real pelo importante apoio que, na qua-lidade de director do Departamento de Arqueologia do IPPAR, concedeu ao programa de investigação sobre as pré-existências de Setúbal.

- ¹ Em Setúbal, este fenómeno social é até ao presente pouco expressivo. Verificou-se pontualmente, em um ou outro edificio. O sector de serviços tem reduzido drasticamente a função residencial no centro da cidade.
- ² Veja-se, a propósito, a definição de meio urbano de Staski (1982), baseada, essencialmente, no comportamento do quociente *dispêndio de energia humana/ unidade de superfície*.
- ³ Cf. Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, ICOMOS, 1987.
- ⁴ Refira-se, a título de exemplo, a recente (1998) operação de renovação urbana ocorrida no limite SE do Bairro Salgado (antiga Horta do Rio), parcialmente abrangida pelo perímetro de protecção do portal da gafaria do século XVI, na Av. António Maria Portela. Foi aprovada pela autarquia e pelo IPPAR sem qualquer condicionalismo referente ao património arqueológico, por se encontrar no exterior dos limites do centro histórico. Já no final dos trabalhos de demolição e de terraplenagem foi recebida no MAEDS uma denúncia anónima que relatava o aparecimento de ossadas humanas, facto aceitável em atenção à proximidade da gafaria. Porém, quando a informação chegou e nos deslocámos ao local já era tarde para salvar eventuais vestígios arqueológicos. As máquinas haviam terraplenado toda a extensão a urbanizar.
- ⁵ Cf. Couch, 1990.
- ⁶ O estabelecimento de produção de salgas de peixe da época romana da Praça de Bocage, após um longo período de abandono, em que foi parcialmente utilizado como lixeira, sofreu uma imersão, tendo-se depositado uma camada contínua de areias aluvionares, em período anterior à construção da muralha medieval. As estruturas romanas da Rua António Januário da Silva e da Av. Luisa Todi (edificio BCP) mostravam claros vestígios de erosão fluvial.
- ⁷ Estudo em publicação.
- ⁸ Expressivamente, no conjunto faunístico estudado, em publicação, a caça estava praticamente ausente. No que concerne à fauna mamalógica, dominava largamente o consumo de carne bovina, seguido pelo de ovicaprinos; o porco ocupava o terceiro lugar.
- ⁹ Para enquadramento desta problemática ver: Chueca Goitia, 1989; Marques et al., 1990.
- ¹⁰ Atenda-se à localização da Casa das Quatro Cabeças e ao traçado das Ruas Direita de Troino e Travessa do Carmo (Soares e Tavares da Silva, 1983).
- ¹¹ Inéditos de Almeida Carvalho, pasta 66, Arquivo Distrital de Setúbal (ADS).
- ¹² Inéditos de Almeida Carvalho, ADS.
- ¹³ As escavações na Travessa dos Apóstolos identificaram a vala de construção da muralha medieval (pano norte) cujo enchimento forneceu um conjunto de cerâmicas esmaltadas de importação, nomeadamente de Valência, de grande qualidade, datadas da primeira metade do século XV.
- ¹⁴ Inéditos de Almeida Carvalho, Arquivo Distrital de Setúbal; Visitação de Setúbal pelo Mestre da Ordem de Santiago em 1510 in Lino e Silveira, 1969; escrituras do Tombo da Confraria da Anunciada.
- ¹⁵ Inéditos de Almeida Carvalho, p.7/21, ADS.
- ¹⁶ N.º 72 do Livro de Traslados da Confraria da Anunciada (TCA).
- ¹⁷ N.º 70 de TCA.
- ¹⁸ Atenda-se, por exemplo, ao facto de Setúbal superar Évora e Guimarães, em 1473, nas contribuições para as rendas régias (Faro, 1965, p. 84).
- ¹⁹ A actividade comercial do porto de Setúbal durante a Baixa Idade Média encontra-se documentada quer no registo historiográfico (cf. os capítulos dedicados à salinicultura e ao comércio externo em Braga, 1998) quer no arqueológico, nomeadamente através da grande diversidade de importações cerâmicas.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1975) - *The conservation of cities*. Paris: Unesco.
- AMEAL, J. (1950) - *Setúbal: sete séculos de História*. Setúbal: Câmara Municipal.
- BRAGA, P. D. (1998) - *Setúbal medieval (séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (1986) - Sedimentologia das camadas da base de alguns cortes estratigráficos da cidade de Setúbal. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985* (Trabalhos de Arqueologia; 3). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural. p. 161-168.
- CHUECA GOITIA, F. (1989) - *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Presença.
- CLARO, R. P. (1957) - *Setúbal no século XVIII. As informações paroquiais de 1758*, Setúbal.
- COELHO, A. M. L. G. (1980) - *A cartografia geotécnica no planeamento regional e urbano. Experiência de aplicação na região de Setúbal*. Lisboa: LNEC.
- COELHO-SOARES, A.; TAVARES DA SILVA, C. (1978) - Ânforas romanas da área urbana de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 171-201.

- COSTA, J. M. da (1960) - *Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos da cidade de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal.
- COUCH, C., (1990) - *Urban renewal. Theory and Practice*. London: Macmillan.
- CRUZ, M. A. (1968) - A cidade de Setúbal. *Finisterra*. Lisboa. 3:6, p. 300-310.
- ETIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) - *Un grand complexe industriel à Troia (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- FARIA, C. V. de (1981) - *Novo fenómeno urbano. Aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- FARO, J. (1965) - *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (Subsídios documentais)*.
- FERNANDES, J. A. de C. (s/d [1995]) - *Tesouro monetário romano da área urbana de Setúbal*, s/l.
- FERREIRA, F. B. (1959) - O problema da localização de Cetóbriga. Seu estado actual. *Conimbriga*. Coimbra. 1, p. 41-70.
- FERREIRA, O. da V.; TAVARES DA SILVA, C. (1968-1970) - Uma bela jóia romana encontrada em Setúbal. *Estudos Italianos em Portugal*. Lisboa. 31-32, p. 71-74.
- FERRO, M. J. P. (1979) - *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães.
- GONZÁLEZ DE VALCÁRCEL, J. M. (1977) - *Restauración monumental y "puesta en valor" de las ciudades americanas*. Barcelona: Blume.
- LARKHAM, P. J. (1992) - Conservation and the changing urban landscape. In *Progress in Planning*. Pergamon Press.
- LINO, R.; SILVEIRA L., eds. (1969) - *Documentos para a História da Arte em Portugal*, 7, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 77-137.
- MARQUES, A. H. de O.; GONÇALVES, I.; ANDRADE, A. A. (1990) - *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII - XV)*, vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; TAVARES DA SILVA, C. (1996) - *Les amphores du Sado (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1997) - L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). In *Itinéraires Lusitaniens*. Paris: E. de Boccard, p.257-273.
- MAYET, F.; TAVARES DA SILVA, C. (1998) - *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- PIMENTEL, A. (1877) - *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal.
- RAU, V. (1951) - *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudos de História Económica*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- SOARES, J. (1980) - *Estação Romana de Tróia*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- SOARES, J. (1997) - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. *Arqueologia* 97. *Al-madan*. Almada. 6, p. 164-165.
- SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1982) - *Muralhas medievais de Setúbal*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1983) - *Património construído de Setúbal. Época dos Descobrimentos*, Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal.
- SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. (1986) - Ocupação Pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos, *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 87-101.
- STASKI, E. (1982) - Advances in Urban Archaeology, in Schiffer M. (ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, 5.
- TAVARES DA SILVA, C. (1966) - Necrópole luso-romana de S. Sebastião (Setúbal). *Lucerna (Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia)*. Porto. 5.
- TAVARES DA SILVA, C. (1989) - O largo e a igreja de Jesus de Setúbal: uma abordagem arqueológica. In *Convento de Jesus - 500 Anos. Arqueologia e História*, Setúbal: Câmara Municipal, p.5-21.
- TAVARES DA SILVA, C. (1990) - Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da cidade. In *Setúbal na História*. Setúbal: Lasa, p. 105-122.

- TAVARES DA SILVA, C. (1996) - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa: Dom Quixote, p. 43-54.
- TAVARES DA SILVA, C.; CABRITA, M. G. (1964) - Estações romanas da região de Setúbal. *Cetóbriga*. Setúbal. 1, p. 39-54 e 2, p. 61-77.
- TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 249-294.
- TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A., 1987, Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. *Setúbal Arqueológica*. 8, p. 221-237.
- TAVARES DA SILVA, C.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1986) - Fábrica de salga da época romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal). In *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 155-160.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1978) - Uma jazida do Bronze final na Cerradinha (Lagoa de Santo André, Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 71-115.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1984) - Na procura das origens de Setúbal, *Al-madan*. Almada. 3.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L.F.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - Escavações arqueológicas no Castelo da Alcácer do Sal (campanha de 1979), *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.